

POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E GOVERNANÇA NA EDUCAÇÃO

Organizadores:

André Rodrigues Drummond;
Anair Meirelles Quadrado;
Evaristo Fernandes De Almeida;
Kássio Ricardo Miranda Do Nascimento;
Maria Catarina Ananias De Araújo;
Roberto Carlos Cipriani.



Políticas Públicas, Gestão E Governança Na Educação

Organizadores

André Rodrigues Drummond

Anair Meirelles Quadrado

Evaristo Fernandes De Almeida

Kássio Ricardo Miranda Do Nascimento

Maria Catarina Ananias De Araújo

Roberto Carlos Cipriani

POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E GOVERNANÇA NA EDUCAÇÃO



2026

Copyright © Editora Humanize
Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do
copyright (Lei 5.988/73 e Lei 9.61/98)

Organizadores

André Rodrigues Drummond
Anair Meirelles Quadrado
Evaristo Fernandes De Almeida
Kássio Ricardo Miranda Do Nascimento
Maria Catarina Ananias De Araújo
Roberto Carlos Cipriani

Corpo Editorial

Mariana Alves de Souza
Lucas Henrique Ribeiro Costa
Ana Paula Nogueira Martins
Rafael Augusto Pereira Lima

Diagramação e Editoração

Luis Filipe Oliveira Duran
Caroline Taiane Santos da Silva

Publicação

Editora Humanize

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (Editora Humanize, BA, Salvador)

A555p DRUMMOND, André Rodrigues; QUADRADO, Anair Meirelles; DE ALMEIDA,
PE36433 Evaristo Fernandes; et al.

Políticas Públicas, Gestão E Governança Na Educação - 1^aed. Bahia / BA: Editora
Humanize, 2025
1 livro digital; ed. I; il.

ISBN: 978-65-5255-161-0

CDU 370

1. Educação 2. Docência 3. Ensino
I. Título

Índice para catálogo sistemático

| | |
|-------------|----|
| 1. Educação | 43 |
| 2. Docência | 45 |
| 3. Ensino | 47 |

INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais constituem um dos principais instrumentos de materialização do direito à educação, assumindo papel estruturante na organização dos sistemas de ensino, na definição de prioridades governamentais e na garantia de condições equitativas de acesso, permanência e aprendizagem. Em contextos marcados por desigualdades sociais, transformações tecnológicas aceleradas e demandas crescentes por inclusão, a análise das políticas educacionais ultrapassa o campo normativo e passa a exigir compreensão integrada entre gestão, governança, planejamento e práticas pedagógicas.

Nas últimas décadas, o cenário educacional brasileiro e latino-americano tem sido atravessado por reformas orientadas por agendas internacionais, marcos legais nacionais e pressões sociais que reposicionam o papel do Estado na condução das políticas públicas. Tais movimentos evidenciam tensões entre descentralização administrativa, responsabilização institucional, avaliação em larga escala e a necessidade de fortalecimento da gestão democrática. Nesse contexto, compreender como as políticas se configuram, são implementadas e reinterpretadas nos territórios educacionais torna-se elemento central para o aprimoramento dos sistemas de ensino.

Este livro reúne reflexões teóricas e análises aplicadas sobre políticas públicas, gestão e governança na educação, organizadas a partir de diferentes níveis e modalidades educacionais. Os capítulos contemplam discussões que vão desde a educação infantil e os processos de alfabetização até a formação e avaliação docente, a educação inclusiva e especial, a incorporação das tecnologias digitais e o uso ético da inteligência artificial, além da gestão dos sistemas educacionais sob a perspectiva da governança pública.

A abordagem adotada reconhece que as políticas educacionais não operam de forma linear. Ao contrário, são atravessadas por disputas de concepções, limites institucionais, capacidades técnicas e contextos sociopolíticos específicos. Assim, a gestão educacional passa a ser compreendida como espaço de mediação entre diretrizes macroestruturais e realidades locais, exigindo articulação entre planejamento estratégico, financiamento, participação social e monitoramento contínuo das ações públicas.

No campo da educação infantil e da alfabetização, os debates apresentados evidenciam a centralidade da primeira infância nas agendas educacionais contemporâneas, destacando a

importância de políticas integradas que articulem cuidado, desenvolvimento e aprendizagem. Já no âmbito da educação inclusiva e especial, os capítulos problematizam os desafios históricos de acesso e permanência, reafirmando a inclusão como princípio político, pedagógico e ético, sustentado por legislações nacionais e compromissos internacionais.

A formação e avaliação docente aparecem como eixos transversais, reconhecendo o professor como sujeito estratégico para a efetivação das políticas públicas. As análises evidenciam que programas formativos dissociados das condições reais de trabalho tendem a produzir impactos limitados, reforçando a necessidade de políticas integradas, contínuas e contextualizadas, capazes de articular desenvolvimento profissional, valorização docente e qualidade educacional.

Outro eixo central da obra refere-se às políticas públicas para a educação digital e o uso ético da inteligência artificial, tema que assume crescente relevância diante da expansão das tecnologias educacionais. As reflexões apresentadas superam visões instrumentalizadas da tecnologia, discutindo implicações pedagógicas, éticas, jurídicas e formativas, especialmente no que se refere à proteção de dados, à equidade digital e ao papel mediador do professor frente às novas ferramentas tecnológicas.

Por fim, o livro aprofunda a discussão sobre gestão e governança dos sistemas educacionais, compreendendo a governança como processo relacional que envolve Estado, instituições educacionais e sociedade civil. Nessa perspectiva, a eficiência administrativa não pode ser dissociada da transparência, da participação social e da responsabilidade pública, elementos indispensáveis para a consolidação de políticas educacionais sustentáveis.

Ao reunir pesquisadores de diferentes instituições e trajetórias acadêmicas, esta obra propõe um diálogo plural e interdisciplinar, articulando fundamentos teóricos, análises normativas e experiências institucionais. O conjunto dos capítulos oferece subsídios relevantes para pesquisadores, gestores públicos, docentes e estudantes interessados em compreender os caminhos, os desafios e as possibilidades das políticas públicas educacionais no cenário contemporâneo.

Assim, mais do que apresentar diagnósticos, o livro busca fomentar reflexões que contribuam para o fortalecimento da educação como política de Estado, orientada pelos princípios da equidade, da justiça social e da gestão democrática, reconhecendo que a

construção de sistemas educacionais mais justos depende da articulação entre conhecimento científico, compromisso institucional e ação coletiva.

ORGANIZADORES

André Rodrigues Drummond

Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol - UNADES.
Assunção/Paraguai
Orcid: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0009-1013-7856>

Anair Meirelles Quadrado

Graduada em Pedagogia PUCRS, graduada em Psicologia UNISUL, Especialista em Informática na Educação Especial PUCRS, Mestra em Tecnologias Emergenciais em Educação pela MUST (EUA)

Evaristo Fernandes De Almeida

Doutorando em Ciências da Educação
São Luís University - SLU
Flórida - Estados Unidos
<http://lattes.cnpq.br/7203576354293022>

Kássio Ricardo Miranda do Nascimento

Especialista em Gênero, Sexualidade na Educação
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Bahia - Brasil

Maria Catarina Ananias De Araújo

Mestra Em Filosofia-Ufcg
Douranda Em Educação - Universidad Leonardo Da Vinci-Uldv - Paraguai

Roberto Carlos Cipriani

Doutorando em Ciências da Educação
Universidad Leonardo Da Vinci - ULDV
Assunção – Paraguai
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6491-0473>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4856449275271491>

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO | 9 |
| INTRODUÇÃO | 10 |
| FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 12 |
| METODOLOGIA | 13 |
| RESULTADOS E DISCUSSÃO | 15 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 17 |
| REFERÊNCIAS..... | 18 |
| 2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL | 20 |
| INTRODUÇÃO | 21 |
| REFERENCIAL TEÓRICO..... | 23 |
| METODOLOGIA | 25 |
| RESULTADOS E DISCUSÃO | 26 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 28 |
| REFERÊNCIAS | 29 |
| 3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DOCENTE | 31 |
| INTRODUÇÃO | 32 |
| FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 34 |
| METODOLOGIA | 35 |
| RESULTADOS E DISCUSSÃO | 36 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 39 |
| REFERÊNCIAS | 39 |
| 4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DIGITAL E O USO ÉTICO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL..... | 41 |
| INTRODUÇÃO | 42 |
| METODOLOGIA | 46 |
| RESULTADOS E DISCUSSÃO | 47 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 49 |
| REFERÊNCIAS | 50 |
| 5. POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E GOVERNANÇA DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS | 52 |
| INTRODUÇÃO | 53 |

| | |
|------------------------------|----|
| FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 55 |
| METODOLOGIA | 56 |
| RESULTADOS E DISCUSSÃO | 58 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 60 |
| REFERÊNCIAS..... | 60 |

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO

*PUBLIC POLICIES FOR EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND
LITERACY*

FLAVIANE BALDUINO DA CUNHA PRATES

Mestranda em Ciências da Educação.

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS).

Assunção, Paraguai.

Graduada em Pedagogia – Universidade Estadual de Goiás (UEG).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6052-1281>

SORAYA MARIA SOUZA MAGALHÃES

Doutoranda em Educação.

Universidad Internacional Três Fronteras (UNINTER).

Ciudad del Este, Paraguai.

ANA CRISTINA FERREIRA MARQUES

Mestre

Universidad Europea del Atlántico (UNIATLANTICO) / FUNIBER.

Santander, Espanha.

ROBERTO CARLOS CIPRIANI

Doutorando em Ciências da Educação.

Universidad Leonardo da Vinci (ULDV).

Assunção, Paraguai.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6491-0473>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4856449275271491>

JHON CESAR PEREIRA MORAES

Mestre em Estudos de Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI).

Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Goiás, Brasil.

RESUMO

Este artigo tem como objeto as políticas públicas voltadas à educação infantil e à alfabetização, tomando como problema de pesquisa a forma como essas políticas se estruturam e se articulam para garantir o direito à aprendizagem nos primeiros anos de escolarização. O objetivo central consiste em analisar os fundamentos normativos, conceituais e institucionais que sustentam tais políticas, identificando elementos que condicionam sua efetivação nos sistemas de ensino. O referencial teórico apoia-se em produções acadêmicas nacionais e internacionais e em documentos legais e curriculares que tratam da educação infantil, da alfabetização e da primeira infância como eixos estruturantes da educação básica. Metodologicamente, o estudo adota uma revisão de literatura de natureza integrativa e descritiva, com análise de artigos científicos, relatórios de organismos internacionais e marcos normativos brasileiros selecionados em bases reconhecidas. Os principais achados indicam convergência entre políticas nacionais e orientações internacionais ao reconhecer a educação infantil como base para o desenvolvimento da linguagem e para os processos iniciais de alfabetização, bem como a centralidade da articulação entre planejamento educacional, currículo e formação docente. As contribuições do estudo evidenciam que políticas públicas consistentes dependem de continuidade institucional e de mediações pedagógicas qualificadas, oferecendo subsídios teóricos para o campo das políticas educacionais e para a reflexão sobre a organização dos sistemas de ensino.

Palavras-chave: políticas públicas; educação infantil; alfabetização; educação básica.

ABSTRACT

This article examines public policies aimed at early childhood education and literacy, focusing on how these policies are structured and articulated to ensure the right to learning in the early years of schooling. The central objective is to analyze the normative, conceptual, and institutional foundations that support such policies, identifying elements that condition their implementation within education systems. The theoretical framework is based on national and international academic studies as well as legal and curricular documents that address early childhood education, literacy, and early childhood as structuring axes of basic education. Methodologically, the study adopts an integrative and descriptive literature review, analyzing scientific articles, reports from international organizations, and Brazilian normative frameworks selected from recognized databases. The main findings indicate convergence between national policies and international guidelines in recognizing early childhood education as the foundation for language development and early literacy processes, as well as the central role of articulating educational planning, curriculum, and teacher education. The study's contributions highlight that consistent public policies depend on institutional continuity and qualified pedagogical mediation, offering theoretical support to the field of educational policy and to reflections on the organization of education systems.

Keywords: public policies; early childhood education; literacy; basic education.

INTRODUÇÃO

A educação infantil e a alfabetização constituem etapas estruturantes da educação básica por influenciarem o desenvolvimento da linguagem, da aprendizagem e da participação escolar. No Brasil, essas etapas são reconhecidas como direito educacional e dever do Estado, com definição legal que atribui aos sistemas de ensino a responsabilidade pela organização e oferta das condições necessárias ao processo educativo inicial (Brasil, 1996).

A institucionalização desse direito foi ampliada com o Plano Nacional de Educação, que estabeleceu metas para o acesso, a permanência e a qualidade da educação infantil e para a

alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental (Brasil, 2014). O PNE reforça a articulação entre políticas educacionais e outras políticas sociais, reconhecendo a importância da primeira infância para o percurso escolar.

Esse entendimento é aprofundado pelo Marco Legal da Primeira Infância, ao situar a criança como prioridade das políticas públicas e ao destacar a necessidade de ações integradas entre educação, cuidado e desenvolvimento (Brasil, 2016). No âmbito pedagógico, a Base Nacional Comum Curricular define aprendizagens essenciais e orienta o trabalho educativo com a linguagem oral e escrita de forma progressiva e intencional (Brasil, 2018).

Análises históricas das políticas de alfabetização no país indicam a recorrência de programas e iniciativas que nem sempre se mantêm de forma contínua, o que afeta a consolidação das práticas pedagógicas e a formação dos sujeitos envolvidos (Mortatti, 2010; Viédes; Brito, 2015). Estudos também apontam que avanços normativos coexistem com desafios de implementação nos sistemas de ensino (Bordignon; Paim, 2016; Gontijo, 2022).

Reflexões sobre a política nacional de alfabetização ressaltam a importância de compreender como diretrizes e programas são apropriados pelas escolas e professores, considerando seus efeitos no cotidiano pedagógico (Carvalho Lopes, 2019; Sciliar-Cabral, 2019). Esse debate dialoga com contribuições internacionais que destacam a educação infantil como base para a aprendizagem ao longo da vida e para a redução de desigualdades educacionais (UNESCO, 2021; UNESCO, 2022; UNICEF; UNESCO, 2024).

Pesquisas comparativas indicam que políticas consistentes de educação infantil, articuladas ao currículo e à formação docente, favorecem o desenvolvimento da linguagem e a alfabetização nos primeiros anos escolares (OECD, 2018). Estudos clássicos sobre leitura reforçam a relevância de intervenções precoces e sistemáticas para prevenir dificuldades de aprendizagem (Snow; Burns; Griffin, 1998).

Diante desse cenário, o objetivo geral deste estudo é analisar as políticas públicas voltadas à educação infantil e à alfabetização, considerando seus fundamentos normativos e conceituais. A pergunta de pesquisa que orienta o trabalho é: de que modo as políticas públicas brasileiras para a educação infantil e a alfabetização se estruturam e quais elementos condicionam sua efetivação nos sistemas de ensino?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Educação infantil como base das políticas educacionais

A educação infantil é reconhecida no ordenamento jurídico brasileiro como a primeira etapa da educação básica, o que atribui ao Estado a responsabilidade pela garantia de acesso e qualidade desde os primeiros anos de vida (Brasil, 1996). Essa concepção associa cuidado, educação e desenvolvimento, entendendo que as experiências iniciais influenciam diretamente o percurso escolar das crianças.

Diretrizes internacionais reforçam esse entendimento ao apontar que políticas voltadas à primeira infância contribuem para a redução de desigualdades educacionais quando articuladas a padrões mínimos de qualidade (UNESCO, 2021; UNESCO, 2022). Relatórios recentes também indicam que investimentos precoces geram efeitos positivos de longo prazo no desenvolvimento infantil (UNICEF; UNESCO, 2024).

Marcos normativos e organização das políticas públicas

O Plano Nacional de Educação consolidou metas específicas para a educação infantil e para a alfabetização, buscando alinhar expansão da oferta e melhoria da qualidade educacional (Brasil, 2014). Esse documento orienta a ação dos sistemas de ensino e estabelece parâmetros para o planejamento das políticas educacionais em nível nacional.

O Marco Legal da Primeira Infância amplia esse escopo ao integrar educação, saúde e assistência social, reforçando a necessidade de políticas intersetoriais voltadas ao desenvolvimento integral da criança (Brasil, 2016). No plano curricular, a BNCC define aprendizagens essenciais que orientam o trabalho pedagógico com a linguagem oral e escrita desde a educação infantil (Brasil, 2018).

Políticas de alfabetização no contexto brasileiro

Estudos históricos sobre a alfabetização no Brasil indicam que as políticas públicas nessa área passaram por sucessivas reformulações, com alternância de programas e enfoques pedagógicos (Mortatti, 2010). Essa dinâmica influencia a continuidade das ações e a consolidação das práticas educativas nos sistemas de ensino.

Análises sobre programas, projetos e pactos de alfabetização mostram que mudanças frequentes nas diretrizes dificultam a articulação entre planejamento estatal e cotidiano escolar

(Viédes; Brito, 2015). Pesquisas também apontam que a efetividade das políticas depende da coerência entre normas nacionais e condições locais de implementação (Bordignon; Paim, 2016).

Formação docente e práticas de alfabetização

Reflexões sobre políticas públicas de alfabetização destacam a formação docente como elemento central para a concretização das diretrizes educacionais (Gontijo, 2022). A apropriação das políticas pelos professores ocorre de forma mediada pelas condições institucionais e pelos referenciais pedagógicos adotados nas redes de ensino.

Discussões sobre a política nacional de alfabetização indicam que a ausência de continuidade e de acompanhamento sistemático compromete a efetivação das ações propostas (Carvalho Lopes, 2019; Scliar-Cabral, 2019). Esses estudos evidenciam que políticas públicas exigem processos formativos consistentes para produzirem efeitos no ensino da leitura e da escrita.

Contribuições internacionais para a alfabetização

Pesquisas comparativas indicam que sistemas educacionais que articulam políticas de educação infantil, currículo e formação docente apresentam melhores condições para o desenvolvimento da linguagem e da alfabetização nos primeiros anos escolares (OECD, 2018). Esses achados reforçam a importância de políticas integradas e planejadas de forma contínua.

Estudos clássicos sobre prevenção de dificuldades de leitura apontam que intervenções precoces e sistemáticas são fundamentais para o sucesso da alfabetização, sobretudo quando iniciadas antes do surgimento de defasagens persistentes (Snow; Burns; Griffin, 1998). Essas evidências sustentam a centralidade das políticas públicas voltadas à educação infantil e à alfabetização no percurso educacional.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem de revisão de literatura de natureza integrativa e descritiva, adequada ao objetivo de analisar fundamentos normativos e conceituais das políticas públicas para a educação infantil e a alfabetização. Essa opção metodológica possibilita reunir e organizar produções acadêmicas e documentos institucionais, preservando coerência entre o problema investigado e o tipo de evidência mobilizada.

A coleta do material foi realizada em bases reconhecidas pela abrangência e relevância na área educacional, incluindo Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar. Essas fontes foram selecionadas por concentrarem periódicos científicos avaliados por pares e documentos de organismos nacionais e internacionais amplamente utilizados em pesquisas sobre políticas educacionais.

A busca utilizou descritores relacionados ao tema, tais como políticas públicas de educação infantil, alfabetização, primeira infância e políticas educacionais, combinados por operadores booleanos. As estratégias de busca foram estruturadas para contemplar diferentes enfoques do tema e ampliar a recuperação de estudos pertinentes ao objetivo do trabalho.

Os critérios de inclusão consideraram publicações que abordassem diretamente políticas públicas voltadas à educação infantil e à alfabetização, documentos normativos nacionais e relatórios de organismos internacionais, com textos disponíveis na íntegra. Foram priorizados estudos publicados a partir da consolidação do marco legal da educação básica no Brasil, mantendo diálogo com produções clássicas que fundamentam o campo.

Foram excluídos materiais que não apresentavam relação direta com a temática central ou que tratavam apenas de experiências pontuais sem articulação com políticas educacionais. Também não foram considerados textos de natureza opinativa ou sem fundamentação teórica explícita.

O processo de seleção seguiu etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão, conforme orientações do protocolo PRISMA. Inicialmente, os registros recuperados nas bases foram analisados por título e resumo, seguidos de leitura integral para verificação da pertinência teórica e metodológica.

A análise dos estudos selecionados concentrou-se na identificação de conceitos, diretrizes e evidências recorrentes sobre políticas públicas de educação infantil e alfabetização. A síntese analítica permitiu articular autores clássicos, produções nacionais recentes e documentos institucionais, oferecendo base consistente para a discussão proposta e para a compreensão do desafio educacional investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da produção selecionada evidencia que as políticas públicas para a educação infantil e a alfabetização no Brasil se estruturam a partir de um conjunto articulado de marcos legais, diretrizes curriculares e programas educacionais. Esses instrumentos definem a educação infantil como etapa inaugural da educação básica e atribuem ao Estado a responsabilidade pela garantia do direito à aprendizagem desde os primeiros anos de vida (Brasil, 1996; Brasil, 2016).

Os documentos normativos analisados indicam convergência quanto à centralidade da primeira infância nas agendas educacionais, especialmente ao relacionar desenvolvimento integral e processos iniciais de alfabetização. O Plano Nacional de Educação e a Base Nacional Comum Curricular reforçam a necessidade de continuidade entre educação infantil e ensino fundamental, ao estabelecer metas e orientações que vinculam linguagem, leitura e escrita a práticas pedagógicas planejadas (Brasil, 2014; Brasil, 2018).

No campo acadêmico, os estudos apontam que a recorrência de programas e pactos de alfabetização, muitas vezes substituídos em curtos intervalos de tempo, interfere na consolidação das políticas educacionais. Essa dinâmica é associada à fragilidade da continuidade institucional e à dificuldade de alinhamento entre diretrizes nacionais e práticas escolares (Mortatti, 2010; Viédes; Brito, 2015).

As análises também evidenciam que avanços normativos coexistem com desafios de implementação, especialmente no que se refere à formação docente e à apropriação das políticas pelos sistemas de ensino. Pesquisas destacam que a efetividade das políticas de alfabetização depende da mediação realizada por professores e gestores, condicionada pelas condições institucionais e formativas disponíveis (Bordignon; Paim, 2016; Gontijo, 2022).

Reflexões sobre a política nacional de alfabetização indicam que a ausência de acompanhamento sistemático e de avaliação continuada limita o alcance das ações propostas. Estudos ressaltam que políticas públicas produzem efeitos diferenciados quando não são acompanhadas por processos formativos consistentes e por estratégias de monitoramento (Carvalho Lopes, 2019; Scliar-Cabral, 2019).

No plano internacional, documentos da UNESCO e do UNICEF convergem ao afirmar que políticas voltadas à educação infantil contribuem para a redução de desigualdades

educacionais quando associadas à qualidade da oferta e à inclusão. Esses relatórios situam a primeira infância como base para a aprendizagem ao longo da vida, em consonância com compromissos globais assumidos pelos Estados (UNESCO, 2021; UNESCO, 2022; UNICEF; UNESCO, 2024).

Estudos comparativos indicam que sistemas educacionais que articulam políticas de educação infantil, currículo e formação docente apresentam melhores condições para o desenvolvimento da linguagem e da alfabetização nos anos iniciais. Essa articulação é apontada como elemento estruturante para políticas educacionais consistentes (OECD, 2018), em diálogo com pesquisas clássicas que enfatizam a importância de intervenções precoces para prevenir dificuldades de leitura (Snow; Burns; Griffin, 1998).

A síntese dos principais achados é apresentada na Tabela 1, que organiza os resultados segundo dimensões analíticas recorrentes nos estudos revisados.

Tabela 1 – Síntese dos principais achados sobre políticas públicas para a educação infantil e alfabetização

| Dimensão analisada | Síntese dos achados | Referências |
|-----------------------------|--|--|
| Marco legal | Reconhecimento da educação infantil como direito e base da educação básica | Brasil (1996); Brasil (2016) |
| Planejamento educacional | Metas e diretrizes para acesso, permanência e qualidade da alfabetização | Brasil (2014); Brasil (2018) |
| Implementação das políticas | Descontinuidade de programas e desafios de articulação entre norma e prática | Mortatti (2010); Viédes; Brito (2015) |
| Formação docente | Centralidade da mediação pedagógica na efetivação das políticas | Bordignon; Paim (2016); Gontijo (2022) |

| | | |
|---------------------------|---|--|
| Perspectiva internacional | Educação infantil como base para equidade e aprendizagem ao longo da vida | UNESCO (2021); UNESCO (2022); UNICEF; UNESCO (2024); OECD (2018) |
|---------------------------|---|--|

Fonte: Elaboração própria, com base nos estudos revisados.

Os resultados analisados indicam que a estrutura normativa brasileira apresenta alinhamento com diretrizes internacionais e com evidências acadêmicas sobre a relevância da educação infantil para a alfabetização. Contudo, os estudos também mostram que a efetivação dessas políticas depende da continuidade institucional, da formação docente e da articulação entre diferentes níveis de gestão educacional, elementos centrais para a compreensão do problema investigado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar as políticas públicas voltadas à educação infantil e à alfabetização, considerando sua fundamentação normativa e conceitual. A análise evidencia que a educação infantil é compreendida como etapa estruturante da educação básica, responsável por criar condições institucionais para o desenvolvimento da linguagem e para os processos iniciais de alfabetização, conforme previsto no marco legal brasileiro (Brasil, 1996).

Os achados indicam que a efetividade das políticas educacionais está associada à articulação entre planejamento, diretrizes curriculares e continuidade das ações. Essa articulação sustenta a compreensão da alfabetização como processo progressivo, que se inicia na primeira infância e se consolida ao longo dos anos iniciais da escolarização, exigindo coerência entre normas, currículo e práticas pedagógicas (Brasil, 2018).

A produção acadêmica analisada aponta que a alternância de programas e iniciativas de alfabetização interfere na apropriação das políticas pelos sistemas de ensino. Nesse cenário, a mediação docente assume papel central, uma vez que professores operam a tradução das diretrizes normativas em práticas educativas concretas, condicionadas pelas condições institucionais e formativas disponíveis (Mortatti, 2010).

As implicações do estudo para a política educacional e para a formação docente indicam a relevância de ações formativas alinhadas às diretrizes curriculares e sustentadas por

planejamento de médio e longo prazo. A implementação de políticas públicas consistentes demanda instrumentos normativos claros, orientações pedagógicas integradas e investimentos contínuos em formação, elementos fundamentais para assegurar o direito à aprendizagem desde os primeiros anos de escolarização.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, Lorita Helena Campanholo; PAIM, Marilane Maria Wolff. **História e políticas públicas de alfabetização e letramento no Brasil: breves apontamentos com enfoque para o Plano Nacional de Educação.** *Momento – Diálogos em Educação*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 89–118, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/5038>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. **Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância (Marco Legal da Primeira Infância).** Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 16 jan. 2026.

DE CARVALHO LOPES, Denise Maria. **Considerações sobre a política nacional de alfabetização.** *Revista Brasileira de Alfabetização*, n. 10, 2019.

GONTIJO, Claudia Maria Mendes. **Políticas públicas de alfabetização no Brasil.** *Revista Brasileira de Alfabetização*, [S. l.], n. 16, p. 33–43, 2022. DOI: 10.47249/rba2022586. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/586>. Acesso em: 16 jan. 2026.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados.** *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, p. 329–341, 2010. DOI: 10.1590/S1413-24782010000200009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200009>. Acesso em: 16 jan. 2026.

OECD. **Engaging young children: lessons from research about quality in early childhood education and care.** Paris: OECD Publishing, 2018. DOI: 10.1787/9789264085145-en. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/engaging-young-children_9789264085145-en. Acesso em: 16 jan. 2026.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. **Políticas públicas de alfabetização.** *Ilha do Desterro*, v. 72, n. 3, p. 271–290, 2019. DOI: 10.5007/2175-8026.2019v72n3p271. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8026.2019v72n3p271>. Acesso em: 16 jan. 2026.

SNOW, C. E.; BURNS, M. S.; GRIFFIN, P. (eds.). **Preventing reading difficulties in young children.** Washington, DC: National Academy Press, 1998. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED416465.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2026.

UNESCO. **Global Education Monitoring Report. Right from the start: build inclusive societies through inclusive early childhood education (Policy Paper 46).** Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://www.right-to-education.org/sites/right-to-education.org/files/resource-attachments/UNESCO%20GEM_Right%20from%20the%20start-

build%20inclusive%20societies%20through%20inclusive%20early%20childhood%20education_2021_EN.pdf. Acesso em: 16 jan. 2026.

UNESCO. Tashkent Declaration and Commitments to Action for Transforming Early Childhood Care and Education. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2022/11/tashkent-declaration-ecce-2022.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2026.

UNICEF; UNESCO. Global Report on Early Childhood Care and Education: The right to a strong foundation. New York/Paris: UNICEF/UNESCO, 2024. ISBN: 978-92-3-100690-6. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/158496/file/Global-report-on-early-childhoodcare-and-education-2024-1.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2026.

VIÉDES, Silvia Cristiane Alfonso; BRITO, Vilma Miranda de. A política educacional de alfabetização da criança consubstanciada pelos programas, projetos e pactos: o novo ou tudo de novo? *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 15, n. 63, p. 147–171, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i63.8641176. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641176>. Acesso em: 16 jan. 2026.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL

PUBLIC POLICIES FOR INCLUSIVE AND SPECIAL EDUCATION

ROSELI BERNADETE WOLFART

Mestranda em Ciências da Educação
Universidad Politécnica y Artística del Paraguay - UPAP
<https://orcid.org/0009-0008-6738-0454>

ANTONIO MARCOS DE JESUS

Doutorando em Ciências da Educação
Instituição que estuda: UNINTER - Paraguai
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5478-6128>

DANIELI ANASTÁCIO DE LARA

Mestrada em Ciências da Educação
Universidad Politécnica y Artística del Paraguay - UPAP
Paraguai

DENISE GONÇALVES SILVEIRA

Mestrada em Ciências da Educação
Universidad Politécnica y Artística del Paraguay - UPAP
Paraguai

JAQUELLINE BARBOSA CAMARINHA

Doutoranda em Ciências da Educação
Instituição: Universidade Del Sol (UNADES)

RESUMO

Este artigo investiga como a literatura científica e os documentos normativos analisam as políticas públicas voltadas à educação inclusiva e especial no Brasil, diante da recorrente distância entre os marcos legais e sua efetivação nos sistemas de ensino. O objetivo central consiste em examinar de que modo essas políticas são concebidas, organizadas e discutidas, considerando a articulação entre direito à educação, diretrizes institucionais e práticas escolares. O referencial teórico fundamenta-se em marcos legais nacionais, documentos internacionais orientadores da educação inclusiva e produções acadêmicas que discutem a educação especial como modalidade transversal e complementar ao ensino comum. Metodologicamente, adotou-se uma revisão de literatura de natureza descritiva e integrativa, com análise de estudos científicos e documentos institucionais selecionados em bases reconhecidas e em organismos oficiais. Os achados indicam convergência quanto ao reconhecimento da educação inclusiva como princípio estruturante das políticas educacionais, ao mesmo tempo em que evidenciam desafios relacionados à implementação, especialmente no que se refere à formação docente, à organização dos sistemas de ensino e à garantia da participação efetiva dos estudantes. Conclui-se que as contribuições da literatura reforçam a necessidade de maior articulação entre legislação, gestão educacional e práticas pedagógicas, oferecendo subsídios teóricos relevantes para o aprimoramento das políticas públicas no campo da educação inclusiva e especial.

Palavras-chave: Políticas públicas; Educação inclusiva; Educação especial; Direito à educação.

ABSTRACT

This article examines how the scientific literature and normative documents analyze public policies aimed at inclusive and special education in Brazil, in light of the recurring gap between legal frameworks and their implementation within education systems. The central objective is to examine how these policies are conceived, organized, and discussed, considering the articulation between the right to education, institutional guidelines, and school practices. The theoretical framework is grounded in national legal instruments, international documents guiding inclusive education, and academic studies that address special education as a transversal modality that complements mainstream education. Methodologically, a descriptive and integrative literature review was conducted, analyzing scientific studies and institutional documents selected from recognized databases and official organizations. The findings indicate convergence regarding the recognition of inclusive education as a structuring principle of educational policies, while also highlighting challenges related to implementation, particularly with respect to teacher education, the organization of education systems, and the assurance of students' effective participation. It is concluded that the contributions of the literature reinforce the need for stronger articulation among legislation, educational management, and pedagogical practices, providing relevant theoretical support for the improvement of public policies in the field of inclusive and special education.

Keywords: Public policies; Inclusive education; Special education; Right to education.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas para a educação inclusiva e especial constituem um eixo estruturante do direito à educação no Brasil, ao orientarem ações estatais voltadas à escolarização de estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades. Essas políticas articulam princípios de igualdade de direitos, equidade e participação, buscando assegurar que a diversidade presente nas escolas seja reconhecida e atendida de forma institucionalizada (Brasil, 2008; Brasil, 2015).

No plano normativo, a educação inclusiva é compreendida como a organização dos sistemas educacionais para atender todos os estudantes em classes comuns, com a oferta de apoios pedagógicos e serviços especializados quando necessários. A educação especial, por sua vez, é definida como uma modalidade transversal, responsável por complementar e suplementar o ensino regular, sem substituí-lo, conforme estabelecem as diretrizes do Ministério da Educação (Brasil, 2008).

A Lei Brasileira de Inclusão consolidou esse entendimento ao reafirmar a educação como direito fundamental da pessoa com deficiência e ao atribuir ao Estado o dever de promover condições de acesso, permanência e aprendizagem em igualdade de oportunidades. Esse marco legal reforça a centralidade das políticas públicas como mediadoras entre o direito formal e sua materialização no cotidiano escolar (Brasil, 2015).

A literatura nacional aponta que a ampliação do arcabouço legal não se traduz automaticamente em práticas educacionais coerentes com os princípios inclusivos. Estudos indicam a presença de tensões entre o discurso normativo e os modos de organização das redes de ensino, especialmente no que se refere à formação docente, aos recursos pedagógicos e à articulação entre ensino comum e atendimento educacional especializado (Garcia, 2004; Machado; Pan, 2012).

Pesquisas internacionais e nacionais também evidenciam que a experiência escolar de estudantes público-alvo da educação especial é marcada por avanços institucionais, mas também por limites relacionados à efetiva participação nas práticas pedagógicas. Essas análises destacam que a inclusão não se resume ao acesso físico à escola, mas envolve processos de interação, pertencimento e reconhecimento pedagógico (Hannes *et al.*, 2012; Cenci *et al.*, 2020).

Nesse sentido, observa-se uma lacuna analítica na compreensão de como as políticas públicas para a educação inclusiva e especial se configuram na intersecção entre legislação, diretrizes institucionais e práticas escolares. Embora haja um conjunto expressivo de normas e documentos orientadores, persistem desafios na articulação entre o que é prescrito e o que é efetivamente implementado nos sistemas de ensino (Mazzotta, 1995; Machado; Pan, 2012).

A justificativa desta pesquisa reside na necessidade de aprofundar a análise sobre o papel das políticas públicas na organização da educação inclusiva e especial, considerando seus fundamentos normativos e os debates produzidos pela literatura acadêmica. Ao retomar esses

elementos, o estudo busca contribuir para uma compreensão mais consistente dos limites e possibilidades dessas políticas no contexto educacional brasileiro.

Diante desse cenário, formula-se a seguinte pergunta de pesquisa: de que modo a literatura científica tem analisado as políticas públicas para a educação inclusiva e especial no Brasil, considerando a relação entre marcos legais, diretrizes institucionais e práticas educacionais?

O objetivo geral do estudo é analisar, com base na produção acadêmica e em documentos normativos, como as políticas públicas para a educação inclusiva e especial são concebidas e discutidas no Brasil, identificando convergências, tensões e aspectos recorrentes apontados pela literatura. Essa análise pretende oferecer subsídios teóricos para o debate educacional, respeitando os limites e os achados já consolidados nos estudos da área.

REFERENCIAL TEÓRICO

Fundamentos do direito à educação inclusiva e especial

A educação inclusiva e especial fundamenta-se no reconhecimento da educação como direito social e dever do Estado, conforme previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Esse marco estabelece a obrigatoriedade de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, consolidando a noção de igualdade de condições para acesso e permanência na escola (Brasil, 1988).

No plano internacional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reforça a educação inclusiva como princípio orientador das políticas educacionais. O documento reconhece que sistemas educacionais devem ser organizados para acolher a diversidade humana, garantindo participação plena e aprendizagem ao longo da vida, sem discriminação ou exclusão institucionalizada (United Nations, 2006).

A Declaração de Salamanca representa um marco conceitual ao afirmar que escolas regulares com orientação inclusiva constituem meios eficazes para combater atitudes excludentes. Esse entendimento desloca o foco da deficiência para as barreiras existentes nos sistemas educacionais, atribuindo às políticas públicas a responsabilidade pela reorganização das práticas escolares (Unesco, 1994).

Educação especial na perspectiva da inclusão

No contexto brasileiro, a educação especial passou a ser compreendida como modalidade transversal, articulada ao ensino comum e voltada à oferta de apoios específicos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define que o atendimento educacional especializado deve complementar ou suplementar a escolarização, sem substituí-la, reafirmando o princípio da escolarização em classes comuns (Brasil, 1996).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva consolidou essa orientação ao indicar que o público-alvo da educação especial deve ser atendido prioritariamente na rede regular de ensino. O documento enfatiza a necessidade de serviços de apoio pedagógico, recursos de acessibilidade e estratégias didáticas adequadas às diferentes necessidades educacionais (Brasil, 2008).

A Lei Brasileira de Inclusão reforça esse arranjo ao estabelecer que o sistema educacional deve assegurar condições de acesso, permanência e aprendizagem em igualdade de oportunidades. A legislação atribui ao poder público o dever de eliminar barreiras físicas, pedagógicas e comunicacionais que limitam a participação dos estudantes (Brasil, 2015).

Diretrizes internacionais e orientações para políticas públicas

As diretrizes internacionais elaboradas pela Unesco têm desempenhado papel relevante na formulação de políticas educacionais inclusivas. Os documentos orientam os Estados a desenvolver sistemas educacionais capazes de responder à diversidade, integrando políticas, práticas pedagógicas e formação de professores de forma articulada (Unesco, 2009).

O Relatório Global de Monitoramento da Educação destaca que a inclusão educacional envolve mais do que o acesso à escola, abrangendo a participação efetiva e a aprendizagem significativa. A análise comparada de diferentes países evidencia que avanços normativos coexistem com desafios relacionados à implementação das políticas no cotidiano escolar (Unesco, 2020).

Essas evidências reforçam a compreensão de que políticas públicas inclusivas exigem coerência entre legislação, financiamento, gestão educacional e práticas pedagógicas. A literatura aponta que a ausência dessa articulação compromete os resultados esperados, mesmo em contextos com marcos legais consolidados.

Formação docente e práticas inclusivas

A formação de professores é apresentada na literatura como elemento central para a efetivação das políticas de educação inclusiva e especial. Estudos indicam que a atuação docente em contextos inclusivos demanda conhecimentos pedagógicos específicos, capacidade de adaptação curricular e compreensão das diferentes necessidades educacionais (Woodcock *et al.*, 2022).

Pesquisas baseadas em revisão de literatura mostram que a percepção de autoeficácia docente influencia diretamente o engajamento em práticas inclusivas. Professores que se sentem preparados tendem a adotar estratégias pedagógicas mais diversificadas e colaborativas, favorecendo a participação dos estudantes no processo de aprendizagem (Woodcock *et al.*, 2022).

Nesse sentido, a literatura sustenta que políticas públicas voltadas à educação inclusiva devem incorporar ações sistemáticas de formação inicial e continuada. A ausência desse investimento compromete a materialização dos princípios inclusivos e evidencia a distância entre as diretrizes normativas e as práticas educacionais efetivamente desenvolvidas nas escolas.

METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem de revisão de literatura, de natureza descritiva e integrativa, com o objetivo de analisar como a produção acadêmica e os documentos institucionais têm tratado as políticas públicas para a educação inclusiva e especial. Essa opção metodológica mostrou-se coerente com o objetivo proposto, ao permitir a sistematização de conceitos, diretrizes normativas e evidências teóricas consolidadas sobre o tema, sem recorrer a dados empíricos primários.

A busca pelos estudos foi realizada em bases de dados reconhecidas na área educacional e nas ciências sociais, incluindo SciELO, Scopus, Web of Science e Google Scholar, além de documentos oficiais de organismos nacionais e internacionais. Essas fontes foram selecionadas por sua relevância científica e por concentrarem publicações amplamente utilizadas em pesquisas sobre políticas educacionais e educação inclusiva.

Os termos de busca foram definidos de modo a abranger diferentes abordagens do tema, utilizando expressões como políticas públicas, educação inclusiva, educação especial,

atendimento educacional especializado e inclusão escolar, combinadas por operadores booleanos. As estratégias de busca buscaram ampliar o alcance dos resultados, preservando a pertinência temática em relação ao objeto do estudo.

Os critérios de inclusão consideraram estudos publicados em periódicos científicos, livros e documentos institucionais que abordassem diretamente as políticas públicas para a educação inclusiva e especial, com fundamentação teórica explícita. Foram priorizadas produções disponíveis na íntegra e alinhadas ao campo educacional, sendo excluídos textos que não dialogassem com o foco da pesquisa ou que apresentassem caráter meramente opinativo.

O processo de seleção seguiu etapas sucessivas de identificação das publicações, leitura de títulos e resumos, análise integral dos textos e definição do corpus final de análise. Esse procedimento possibilitou maior rigor metodológico e transparência, podendo ser representado por meio de um fluxograma inspirado nas diretrizes do PRISMA, de modo a explicitar o percurso decisório adotado.

A análise dos dados concentrou-se na leitura interpretativa dos textos selecionados, buscando identificar recorrências conceituais, fundamentos normativos e contribuições teóricas relevantes para o debate. A partir desse processo, foram articulados autores clássicos e estudos mais recentes, nacionais e internacionais, compondo um referencial teórico coerente com o problema de pesquisa e com os objetivos delineados.

RESULTADOS E DISCUSÃO

A análise da literatura permitiu identificar um conjunto consistente de achados relacionados à formulação e à implementação das políticas públicas para a educação inclusiva e especial. Esses resultados evidenciam que o arcabouço normativo brasileiro e internacional estabelece bases sólidas para a garantia do direito à educação, ao mesmo tempo em que revela desafios persistentes na articulação entre diretrizes legais e práticas educacionais (Brasil, 1988; Brasil, 1996; United Nations, 2006).

Observa-se convergência na literatura quanto ao reconhecimento da educação inclusiva como princípio orientador das políticas educacionais. Documentos internacionais e nacionais reforçam a escolarização em classes comuns como eixo estruturante, com a educação especial assumindo função complementar e de apoio ao ensino regular (Unesco, 1994; Brasil, 2008). Esse

entendimento está alinhado à noção de igualdade de oportunidades, reiterada pela legislação brasileira (Brasil, 2015).

Ao mesmo tempo, estudos apontam que a existência de normas não assegura, por si só, a efetivação das políticas no cotidiano escolar. A produção acadêmica indica tensões entre o discurso institucional e as condições concretas de implementação, envolvendo aspectos como organização dos sistemas de ensino, recursos pedagógicos e formação docente (Garcia, 2004; Machado; Pan, 2012).

Pesquisas baseadas em revisão de literatura também destacam que a experiência dos estudantes público-alvo da educação especial é marcada por avanços no acesso à escola, mas por limites relacionados à participação efetiva nas práticas pedagógicas. Esses achados reforçam que inclusão envolve processos de interação, pertencimento e reconhecimento educacional, e não apenas matrícula em classes comuns (Hannes *et al.*, 2012; Cenci *et al.*, 2020).

Outro resultado recorrente refere-se ao papel da formação docente na implementação das políticas inclusivas. A literatura evidencia que professores que se percebem preparados tendem a adotar práticas pedagógicas mais diversificadas, favorecendo a participação dos estudantes. Por outro lado, a ausência de formação continuada é apontada como fator que fragiliza a materialização das diretrizes normativas (Woodcock *et al.*, 2022).

A Tabela 1 sintetiza os principais achados identificados na literatura, articulando eixos temáticos, evidências recorrentes e implicações para as políticas públicas educacionais.

Tabela 1 – Principais achados da literatura sobre políticas públicas para educação inclusiva e especial

| Achado identificado | Evidências na literatura | Implicações para as políticas públicas |
|---|--|--|
| Centralidade do direito à educação | Constituição Federal e legislação infraconstitucional reafirmam a educação como direito social | Necessidade de políticas que assegurem acesso, permanência e aprendizagem (Brasil, 1988; Brasil, 2015) |

| | | |
|---|--|---|
| Educação inclusiva como princípio | Documentos internacionais e nacionais defendem a escolarização em classes comuns | Reorganização dos sistemas de ensino para atender à diversidade (Unesco, 1994; Brasil, 2008) |
| Tensões entre norma e prática | Estudos indicam distância entre diretrizes legais e implementação | Importância da articulação entre gestão, financiamento e práticas pedagógicas (Garcia, 2004; Machado; Pan, 2012) |
| Participação e pertencimento escolar | Inclusão envolve interação e reconhecimento pedagógico | Políticas devem considerar dimensões sociais e pedagógicas da escolarização (Hannes <i>et al.</i> , 2012; Cenci <i>et al.</i> , 2020) |
| Formação docente | Autoeficácia docente influencia práticas inclusivas | Investimento contínuo em formação inicial e continuada (Woodcock <i>et al.</i> , 2022) |

Fonte: elaboração própria, a partir da literatura revisada.

A discussão dos resultados evidencia que as políticas públicas para a educação inclusiva e especial são amplamente reconhecidas como instrumentos centrais para a garantia de direitos educacionais. No entanto, a literatura analisada aponta que sua efetividade depende da coerência entre legislação, diretrizes institucionais e práticas escolares, bem como do fortalecimento da formação docente e da gestão educacional. Esses elementos sustentam as conclusões do estudo ao indicar que os desafios observados não decorrem da ausência de normas, mas da complexidade de sua implementação nos contextos educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar, a partir da literatura científica e de documentos normativos, como as políticas públicas para a educação inclusiva e especial vêm sendo concebidas e discutidas no Brasil. A análise permitiu retomar o problema central da pesquisa, evidenciando que a ampliação do arcabouço legal constitui elemento estruturante para a garantia do direito à educação, mas exige articulação consistente com os sistemas de ensino e com as práticas escolares.

Os achados indicam convergência na literatura quanto à compreensão da educação inclusiva como princípio orientador das políticas educacionais, com a educação especial assumindo função complementar ao ensino comum. Normas nacionais e diretrizes internacionais reforçam a centralidade do acesso, da permanência e da aprendizagem, ao mesmo tempo em que estudos acadêmicos apontam a relevância de fatores institucionais, pedagógicos e formativos para a efetivação dessas políticas.

No plano das implicações práticas, a literatura destaca que a implementação das políticas públicas depende do fortalecimento da formação docente, da organização dos serviços de apoio e da integração entre gestão educacional e práticas pedagógicas. Esses elementos são apresentados como recursos fundamentais para a materialização dos princípios inclusivos, contribuindo para a participação efetiva dos estudantes e para a construção de ambientes educacionais mais equitativos.

Como contribuição teórica, o artigo sistematiza evidências que demonstram que os desafios associados à educação inclusiva e especial não decorrem da ausência de diretrizes, mas da complexidade envolvida em sua operacionalização. Nesse sentido, a produção analisada indica a necessidade de aprofundamento contínuo das investigações sobre a articulação entre políticas públicas, formação docente e organização escolar, ampliando a compreensão sobre os caminhos possíveis para o fortalecimento da educação inclusiva nos diferentes contextos educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Constituição (1988). Art. 208. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=205403. Acesso em: 7 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 7 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 7 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 7 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/secadi/politicaseducacaoespecial.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2026.

CENCI, Adriane; LEMOS, Mônica Ferreira; VILAS BÔAS, Daniela Fuhro; DAMIANI, Magda Floriana; ENGESTRÖM, Yrjö. **The contradictions within inclusion in Brazil**. *Learning, Culture and Social Interaction*, v. 24, 2020, art. 100375. DOI: 10.1016/j.lcsi.2019.100375. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2210656119303009>. Acesso em: 7 jan. 2026.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Discursos políticos sobre inclusão: questões para as políticas públicas de educação especial no Brasil**. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPED), 27., 2004, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ANPED, 2004. p. 1-14.

HANNES, Karin; VON ARX, Ellen; CHRISTIAENS, Evelien; HEYVAERT, Mieke; PETRY, Katja. **Don't pull me out!?: Preliminary findings of a systematic review of qualitative evidence on experiences of pupils with special educational needs in inclusive education**. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, v. 69, 2012, p. 1709-1713. DOI: 10.1016/j.sbspro.2012.12.118. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042812055851>. Acesso em: 7 jan. 2026.

MACHADO, Jardel Pelissari; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. **Do nada ao tudo: políticas públicas e a educação especial brasileira**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 273-294, jan./abr. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623616130>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/p9WTK37TncQpWLBqgvd58zB/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

MAZZOTTA, Marcos J. S. et al. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1995.

UNESCO. **Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and education – All means all**. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://www.unesco.org/gem-report/en/publication/2020-inclusion-and-education-all-means-all>. Acesso em: 7 jan. 2026.

UNESCO. **Policy guidelines on inclusion in education**. Paris: UNESCO, 2009. (ED.2009/WS/31). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000177849>. Acesso em: 7 jan. 2026.

UNESCO. **The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education**. Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf000098427>. Acesso em: 7 jan. 2026.

UNITED NATIONS (UN). **Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD)**. New York: United Nations, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2026.

WOODCOCK, Stuart; SHARMA, Umesh; SUBBAN, Pearl; HITCHES, Elizabeth. **Teacher self-efficacy and inclusive education practices: rethinking teachers' engagement with inclusive practices**. *Teaching and Teacher Education*, v. 117, 2022, art. 103802. DOI: 10.1016/j.tate.2022.103802. Disponível em: <https://research.monash.edu/en/publications/teacher-self-efficacy-and-inclusive-education-practices-rethinkin/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DOCENTE

PUBLIC POLICIES FOR TEACHER EDUCATION AND EVALUATION

ROBERTO CARLOS CIPRIANI

Doutorando em Ciências da Educação.
Universidad Leonardo Da Vinci (ULDV).
Assunção, Paraguai.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6491-0473>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4856449275271491>

RAIMUNDO MENDES DE PAULA NETO

Doutor.
Christian Business School.
Estados Unidos e França.

KÁSSIO RICARDO MIRANDA DO NASCIMENTO

Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação.
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
Bahia, Brasil.

VANESSA DO CARMO SANTOS

Mestre em Ciências da Educação.
Christian Business School.

LENI PARDO ALMEIDA RIBEIRO

Mestre.
FUNIBER – Uniatlântico.
Espanha.

RESUMO

Este artigo tem como objeto as políticas públicas voltadas à formação e à avaliação docente no Brasil, considerando o desafio de articular essas duas dimensões de modo coerente nos sistemas educacionais. O problema de pesquisa centra-se em compreender como essas políticas têm sido concebidas e integradas, à luz de marcos normativos, produções acadêmicas e orientações institucionais. O objetivo consiste em analisar os fundamentos que orientam a formação e a avaliação de professores e os elementos que condicionam sua efetivação. O referencial teórico apoia-se em estudos nacionais e internacionais sobre políticas docentes, profissionalização do magistério, equidade educacional e governança da educação. Metodologicamente, o estudo adota uma revisão de literatura de natureza integrativa e descritiva, com análise de artigos científicos, relatórios de organismos internacionais e documentos normativos brasileiros selecionados em bases reconhecidas. Os achados indicam que a formação inicial e continuada e a avaliação docente são tratadas como eixos estratégicos, porém ainda enfrentam desafios relacionados à articulação entre programas, normas e práticas institucionais. As contribuições do estudo evidenciam a necessidade de compreender formação e avaliação como dimensões interdependentes do desenvolvimento profissional docente, oferecendo subsídios analíticos para o aprimoramento das políticas educacionais e para o avanço das pesquisas no campo.

Palavras-chave: políticas públicas; formação docente; avaliação docente; educação básica.

ABSTRACT

This article focuses on public policies aimed at teacher education and evaluation in Brazil, considering the challenge of coherently articulating these two dimensions within educational systems. The research problem seeks to understand how such policies have been designed and integrated, in light of normative frameworks, academic production, and institutional guidelines. The objective is to analyze the foundations that guide teacher education and evaluation and the elements that condition their implementation. The theoretical framework draws on national and international studies on teacher policies, professionalization of teaching, educational equity, and education governance. Methodologically, the study adopts an integrative and descriptive literature review, analyzing scientific articles, reports from international organizations, and Brazilian normative documents selected from recognized databases. The findings indicate that initial and continuing teacher education and teacher evaluation are treated as strategic axes, yet they continue to face challenges related to the articulation among programs, regulations, and institutional practices. The contributions of the study highlight the need to understand education and evaluation as interdependent dimensions of teacher professional development, providing analytical support for the improvement of educational policies and for the advancement of research in the field.

Keywords: public policies; teacher education; teacher evaluation; basic education.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas para a formação e a avaliação docente estruturam o modo como os sistemas educacionais organizam o trabalho do professor, desde o ingresso na carreira até o acompanhamento de seu desenvolvimento profissional. No Brasil, essas políticas assumem papel estratégico ao relacionar diretrizes legais, programas formativos e mecanismos de avaliação que incidem diretamente sobre a qualidade da educação (Weber, 2003; Barreto *et al.*, 2015).

A formação docente envolve a preparação inicial, ações de formação continuada e dispositivos institucionais de apoio à prática pedagógica. Esse processo tem sido orientado por

marcos normativos que buscam alinhar formação, currículo e avaliação, atribuindo responsabilidades aos diferentes níveis de governo e às instituições formadoras (Brasil, 2014; Brasil, 2016; Brasil, 2019).

A avaliação docente refere-se a procedimentos utilizados para acompanhar o desempenho profissional e subsidiar decisões de gestão e de política educacional. Relatórios internacionais indicam que tais mecanismos produzem efeitos distintos conforme o grau de articulação com as políticas de formação e com as condições de trabalho docente (OECD, 2019; OECD, 2024).

No contexto nacional, estudos apontam que as políticas docentes se desenvolveram de forma heterogênea, com iniciativas nem sempre integradas. Essa configuração afeta tanto a efetividade das ações formativas quanto o uso da avaliação como instrumento de desenvolvimento profissional, sobretudo em contextos marcados por desigualdades educacionais (UNESCO, 2009; UNESCO, 2011; Simielli, 2017).

Programas federais voltados à formação inicial, como Pibid e Prodocência, buscaram aproximar a formação acadêmica da realidade escolar. As análises desses programas indicam contribuições relevantes, mas também limites relacionados à continuidade das ações e à articulação com políticas mais amplas de carreira e avaliação docente (Montandon, 2013; Barbosa; Fernandes, 2017).

Nesse cenário, observa-se a existência de um arcabouço normativo consistente, ao mesmo tempo em que persistem desafios relacionados à coerência entre formação e avaliação. Estudos sobre políticas docentes destacam que a ausência dessa articulação compromete o potencial formativo dos processos avaliativos (Bauer; Cassetari; Oliveira, 2017; Evangelista, 2012).

Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar como as políticas públicas brasileiras voltadas à formação e à avaliação docente têm sido concebidas e articuladas, considerando marcos normativos, produções acadêmicas e documentos institucionais. A pergunta que orienta a pesquisa é: de que modo as políticas de formação e avaliação docente, no Brasil, se articulam e quais desafios se colocam para sua efetivação nos sistemas de ensino?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Políticas públicas e profissionalização docente no Brasil

A profissionalização docente no Brasil tem sido compreendida como um processo articulado entre formação, carreira e condições institucionais de trabalho. Estudos indicam que políticas públicas exercem papel estruturante ao definir padrões de ingresso, permanência e desenvolvimento profissional, influenciando diretamente a organização dos sistemas de ensino (Weber, 2003; Evangelista, 2012).

Nesse percurso, observa-se que as políticas docentes passaram a incorporar expectativas mais explícitas quanto à qualificação profissional e ao acompanhamento do desempenho docente. Esse movimento reforça a centralidade do professor como agente do processo educativo, ao mesmo tempo em que amplia as exigências institucionais sobre sua atuação (Barreto *et al.*, 2015; UNESCO, 2009).

Formação docente: marcos normativos e programas estruturantes

A formação de professores, no âmbito das políticas públicas brasileiras, é orientada por um conjunto de dispositivos legais que buscam assegurar padrões mínimos de qualidade. O Plano Nacional de Educação estabelece metas específicas para a formação inicial e continuada, reconhecendo sua relevância para a melhoria da educação básica (Brasil, 2014).

O Decreto nº 8.752/2016 e a Resolução CNE/CP nº 2/2019 reforçam esse direcionamento ao definir princípios, competências e responsabilidades institucionais para a formação docente. Esses marcos normativos buscam promover maior alinhamento entre formação acadêmica, currículo escolar e necessidades dos sistemas de ensino (Brasil, 2016; Brasil, 2019).

No plano programático, iniciativas como o Pibid e o Prodocência foram concebidas para aproximar a formação inicial da prática escolar. Análises desses programas apontam avanços na articulação universidade-escola, embora também indiquem limites relacionados à continuidade das ações e à sua integração com políticas mais amplas (Montandon, 2013; Barbosa; Fernandes, 2017).

Avaliação docente e qualidade da educação

A avaliação docente é apresentada nas políticas educacionais como um instrumento voltado ao acompanhamento do trabalho profissional e ao subsídio de decisões de gestão. Estudos indicam que seus efeitos dependem da forma como se relaciona com a formação e com as condições de exercício da docência (Bauer; Cassetari; Oliveira, 2017).

Relatórios internacionais mostram que sistemas educacionais que articulam avaliação a processos formativos tendem a produzir efeitos mais consistentes sobre a qualidade do ensino. Quando dissociada da formação, a avaliação tende a assumir caráter meramente administrativo, com menor impacto sobre o desenvolvimento profissional (OECD, 2019; OECD, 2024).

Equidade, articulação institucional e desafios das políticas docentes

Pesquisas evidenciam que o acesso desigual a professores qualificados permanece como um desafio relevante no Brasil, afetando a equidade educacional. A distribuição desigual de oportunidades formativas reforça a necessidade de políticas que considerem as especificidades regionais e institucionais (Simielli, 2017).

Análises de conjunto sobre as políticas docentes no país indicam que a principal dificuldade reside na articulação entre formação, avaliação e carreira. Documentos da UNESCO destacam que a ausência dessa integração limita o alcance das políticas e compromete sua efetividade nos sistemas de ensino (UNESCO, 2011; UNESCO, 2019).

Esse panorama sustenta a compreensão de que as políticas públicas para a formação e a avaliação docente constituem um campo articulado, cuja análise exige considerar simultaneamente marcos normativos, programas formativos, mecanismos avaliativos e contextos institucionais.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem de revisão de literatura, de natureza integrativa e descritiva, adequada ao objetivo de examinar como as políticas públicas brasileiras de formação e avaliação docente têm sido tratadas em produções acadêmicas e documentos institucionais. Essa opção metodológica permite reunir diferentes tipos de evidências teóricas e normativas, favorecendo uma análise articulada do tema.

A coleta do material foi realizada em bases reconhecidas pela abrangência e relevância na área educacional, incluindo Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar, além de documentos oficiais de organismos internacionais e marcos normativos nacionais. A seleção dessas fontes buscou garantir a inclusão de estudos consistentes, com circulação acadêmica consolidada e pertinência ao campo das políticas docentes.

Os termos de busca foram definidos de modo a abranger diferentes abordagens do tema, utilizando descritores como políticas públicas educacionais, formação docente e avaliação docente, combinados por operadores booleanos. As strings foram aplicadas de forma sistemática em todas as bases, assegurando padronização no processo de identificação dos estudos.

Foram incluídos trabalhos que abordassem diretamente a formação e a avaliação docente no contexto brasileiro, publicados em periódicos científicos, livros, relatórios institucionais e documentos normativos disponíveis na íntegra. Foram excluídos estudos que não dialogassem com a questão central da pesquisa ou que apresentassem enfoque alheio às políticas educacionais.

O processo de seleção seguiu as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão, conforme orientações do protocolo PRISMA, garantindo transparência e reproduzibilidade. A análise consistiu na leitura integral dos textos selecionados e na organização dos achados em categorias analíticas alinhadas ao objetivo do estudo, permitindo examinar convergências e limites das políticas de formação e avaliação docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da revisão indicam que as políticas públicas brasileiras de formação e avaliação docente apresentam forte base normativa, acompanhada por um conjunto diversificado de programas e orientações institucionais. O Plano Nacional de Educação estabelece metas explícitas para a qualificação e valorização docente, reforçadas por dispositivos que organizam a formação inicial e continuada em âmbito nacional (Brasil, 2014; Brasil, 2016; Brasil, 2019).

A análise dos estudos evidencia que a formação docente tem sido tratada como elemento central para a melhoria da educação básica, embora marcada por desafios de articulação entre

políticas, programas e práticas institucionais. Pesquisas apontam que iniciativas federais contribuíram para aproximar universidade e escola, mas enfrentam limites relacionados à continuidade e à integração com políticas de carreira e avaliação (Montandon, 2013; Barbosa; Fernandes, 2017; Barreto *et al.*, 2015).

No que se refere à avaliação docente, os achados indicam que seu potencial formativo depende da vinculação com processos de desenvolvimento profissional. Estudos nacionais mostram que, quando dissociada da formação, a avaliação tende a assumir função administrativa, com efeitos restritos sobre a prática pedagógica (Bauer; Cassetari; Oliveira, 2017; Evangelista, 2012).

Relatórios internacionais reforçam essa interpretação ao indicar que sistemas educacionais que integram formação, avaliação e apoio institucional apresentam maior coerência interna. Dados da OECD destacam que, no Brasil, persistem desafios relacionados ao uso da avaliação como instrumento de aprendizagem profissional e de redução das desigualdades educacionais (OECD, 2019; OECD, 2024).

A literatura também evidencia que a distribuição desigual de professores qualificados constitui um problema relevante para a equidade educacional. Estudos demonstram que políticas de formação e avaliação, quando não articuladas às condições regionais e institucionais, tendem a reproduzir desigualdades no acesso a oportunidades de aprendizagem (Simielli, 2017; UNESCO, 2009).

Documentos da UNESCO apontam que políticas docentes eficazes pressupõem coordenação entre formação inicial, formação continuada e avaliação, considerando a carreira docente como um percurso profissional integrado. No contexto brasileiro, análises de síntese indicam que a fragmentação dessas dimensões limita o alcance das políticas implementadas (UNESCO, 2011; UNESCO, 2019; Weber, 2003).

A Tabela 1 sintetiza os principais achados da revisão, relacionando eixos analíticos, evidências recorrentes e fontes de apoio.

Tabela 1 – Síntese dos principais achados sobre políticas de formação e avaliação docente no Brasil

| Dimensão analisada | Principais achados | Referências |
|---------------------------|--|---|
| Formação docente | Centralidade da formação inicial e continuada, com avanços normativos e limites de articulação | Brasil (2014; 2016; 2019); Barreto <i>et al.</i> (2015); Montandon (2013) |
| Programas federais | Contribuição para aproximação universidade-escola, com desafios de continuidade | Barbosa; Fernandes (2017); Montandon (2013) |
| Avaliação docente | Potencial formativo condicionado à integração com a formação | Bauer; Cassettari; Oliveira (2017); Evangelista (2012) |
| Equidade educacional | Desigualdade no acesso a professores qualificados | Simielli (2017); UNESCO (2009) |
| Perspectiva internacional | Ênfase na articulação entre formação, avaliação e carreira | OECD (2019; 2024); UNESCO (2011; 2019) |

Fonte: Elaboração própria, com base na revisão de literatura.

De modo geral, os resultados indicam que a formação e a avaliação docente no Brasil são reconhecidas como dimensões estratégicas das políticas educacionais, mas ainda enfrentam desafios de integração e coerência. Esses achados sustentam a compreensão de que o fortalecimento das políticas docentes depende da articulação entre marcos normativos, programas formativos, avaliação e condições institucionais de trabalho, em consonância com evidências nacionais e internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou como as políticas públicas brasileiras de formação e avaliação docente têm sido estruturadas e articuladas, a partir de marcos normativos e produções acadêmicas. Os achados indicam que essas políticas ocupam posição estratégica nos sistemas educacionais, com diretrizes que reconhecem a formação e a avaliação como eixos centrais para a organização do trabalho docente (Brasil, 2014).

A síntese dos resultados evidencia que a efetividade dessas políticas está associada à articulação entre formação inicial, formação continuada e avaliação, compreendidas como dimensões complementares do desenvolvimento profissional. Quando integradas, essas ações tendem a fortalecer a coerência das políticas educacionais e a orientar decisões de gestão e de organização dos sistemas de ensino (Bauer; Cassetari; Oliveira, 2017).

Do ponto de vista prático, a implementação dessas políticas pressupõe mecanismos de coordenação institucional, sistemas de acompanhamento formativo e uso sistemático de informações educacionais. No plano analítico, os resultados reforçam abordagens que tratam as políticas docentes como um campo integrado, no qual formação e avaliação devem ser consideradas de forma articulada para orientar a política educacional (UNESCO, 2019).

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marinalva Vieira; FERNANDES, Natália Aparecida Morato. **Políticas públicas para formação de professores e seus impactos na Educação Básica.** *Aberto*, Brasília, v. 30, n. 98, p. 15-20, 2017.
- BARRETO, Elba Siqueira de Sá et al. **Teacher education policies in Brazil: the outlook and challenges.** *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 62, p. 207-228, 2015. DOI: 10.1590/S1413-24782015206207. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/6dBCYcmPwf9BM447tNpYpgR/?lang=en>. Acesso em: 16 jan. 2026.
- BAUER, Adriana; CASSETTARI, Nathalia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Políticas docentes e qualidade da educação: uma revisão da literatura e indicações de política.** *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 25, n. 97, p. 943-970, 2017. DOI: 10.1590/S0104-40362017002501010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/CtJ6Tqx5GJXpCzv7qXjhB7H/?lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 16 jan. 2026.
- BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.** Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 115-119, 23 dez. 2019 (Republicada em 15 abr. 2020). Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 jan. 2026.

EVANGELISTA, Olinda. **Políticas públicas educacionais contemporâneas, formação docente e impactos na escola.** *Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE)*, v. 16, p. 39-51, 2012.

MONTANDON, Maria Isabel. **Políticas públicas para a formação de professores no Brasil: os programas Pibid e Prodocência.** *Revista da ABEM*, [S. l.], v. 20, n. 28, 2013. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/103>. Acesso em: 16 jan. 2026.

OECD. **Education at a Glance 2024: Country Note – Brazil.** Paris: OECD, 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2024-country-notes_fab77ef0-en/brazil_eea51596-en.html. Acesso em: 16 jan. 2026.

OECD. **TALIS 2018 Results: Country Note – Brazil.** Paris: OECD, 2019. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/about/programmes/edu/talis2018participantnotes/TALIS2018_C_N_BRA.pdf. Acesso em: 16 jan. 2026.

SIMIELLI, Lara Elena Ramos. **Educational equity and opportunity to learn: Access to teachers in Brazil.** *Education Policy Analysis Archives*, [S. l.], v. 25, p. 46, 2017. DOI: 10.14507/epaa.25.2752. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/2752>. Acesso em: 16 jan. 2026.

UNESCO. **Teacher policy development guide.** Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370966>. Acesso em: 16 jan. 2026.

UNESCO; GATTI, Bernadete A.; BARRETO, Elba Siqueira de Sá (coord.). **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184682>. Acesso em: 16 jan. 2026.

UNESCO; GATTI, Bernadete A.; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte.** Brasília: UNESCO, 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000212183>. Acesso em: 16 jan. 2026.

WEBER, Silke. **Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil.** *Educação & Sociedade*, v. 24, p. 1125-1154, 2003. DOI: 10.1590/S0101-7330200300040003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/t5mSbBnHyHwQ4TjvDGWY9Dq/?lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2026.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DIGITAL E O USO ÉTICO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

PUBLIC POLICIES FOR DIGITAL EDUCATION AND THE ETHICAL USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE

SHIRLEI GIUSTI RONZANI

Mestranda em Ciências da Educação.
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales.
Asunción, Paraguai.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2805-9023>

CLÉSIA CARNEIRO DA SILVA FREIRE QUEIROZ

Doutoranda em Ciências da Educação.
Mestre em Ciências da Educação.
Pós-graduada em Educação em Rede de Ensino.
Graduada em Psicologia, Pedagogia e Psicopedagogia.
Atua no Centro de Observação Criminológica e Triagem.
Pernambuco, Brasil.

ROBERTO CARLOS CIPRIANI

Doutorando em Ciências da Educação.
Universidad Leonardo Da Vinci (ULDV).
Asunción, Paraguai.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6491-0473>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4856449275271491>

RAIMUNDO MENDES DE PAULA NETO

Doutor em Administração.
Christian Business School.
Estados Unidos da América e França.

MARCIÁ MELLO DOS SANTOS DECOTELLI DA SILVA

Mestre em Educação.
Uniatlântico / FUNIBER.
Espanha.

RESUMO

Este artigo tem como objeto as políticas públicas voltadas à educação digital e ao uso ético da inteligência artificial, considerando o desafio de integrar tecnologias avançadas aos sistemas educacionais sem comprometer direitos, princípios pedagógicos e responsabilidades institucionais. O problema de pesquisa consiste em compreender de que modo essas políticas têm articulado educação digital e ética da inteligência artificial, especialmente no contexto brasileiro, à luz de marcos legais, orientações internacionais e produção científica especializada. O objetivo central é analisar os fundamentos normativos e teóricos que sustentam essa articulação, identificando diretrizes, princípios e sentidos atribuídos ao uso educacional da inteligência artificial. O referencial teórico apoia-se em documentos internacionais da UNESCO, na legislação brasileira e em estudos científicos nacionais e internacionais que discutem educação digital, ética, proteção de dados e governança tecnológica. Metodologicamente, o estudo adota uma revisão de literatura de natureza integrativa e descritiva, com análise de produções acadêmicas e documentos institucionais selecionados em bases científicas reconhecidas. Os principais achados indicam que as políticas públicas tendem a tratar a inteligência artificial como recurso de apoio ao ensino e à gestão educacional, condicionado à centralidade humana, à proteção de dados e à transparência institucional. As contribuições do estudo reforçam a importância de políticas educacionais capazes de alinhar inovação tecnológica, formação docente e responsabilidade ética, oferecendo subsídios para o avanço do debate científico sobre educação digital e inteligência artificial.

Palavras-chave: políticas públicas; educação digital; inteligência artificial; ética educacional.

ABSTRACT

This article examines public policies aimed at digital education and the ethical use of artificial intelligence, considering the challenge of integrating advanced technologies into educational systems without compromising rights, pedagogical principles, and institutional responsibilities. The research problem seeks to understand how these policies have articulated digital education and the ethics of artificial intelligence, particularly in the Brazilian context, in light of legal frameworks, international guidelines, and specialized scientific production. The main objective is to analyze the normative and theoretical foundations that support this articulation, identifying guidelines, principles, and meanings attributed to the educational use of artificial intelligence. The theoretical framework is based on international UNESCO documents, Brazilian legislation, and national and international scientific studies that address digital education, ethics, data protection, and technological governance. Methodologically, the study adopts an integrative and descriptive literature review, analyzing academic publications and institutional documents selected from recognized scientific databases. The main findings indicate that public policies tend to approach artificial intelligence as a support resource for teaching and educational management, conditioned by human-centered principles, data protection, and institutional transparency. The contributions of the study highlight the importance of educational policies capable of aligning technological innovation, teacher education, and ethical responsibility, offering support for the advancement of scientific debate on digital education and artificial intelligence.

Keywords: public policies; digital education; artificial intelligence; educational ethics.

INTRODUÇÃO

A ampliação do uso de tecnologias digitais nos sistemas educacionais tem reposicionado o papel das políticas públicas na organização do ensino, da gestão escolar e da formação de estudantes e professores. Nesse cenário, a inteligência artificial passou a integrar agendas educacionais como recurso capaz de apoiar processos pedagógicos, administrativos e avaliativos, exigindo definições normativas claras sobre seus limites, finalidades e responsabilidades (UNESCO, 2019; Miao; Holmes, 2023).

No campo educacional, inteligência artificial refere-se a sistemas computacionais capazes de executar tarefas que envolvem análise de dados, reconhecimento de padrões e apoio à tomada de decisão. Quando aplicada à educação, sua utilização suscita debates sobre privacidade, proteção de dados, transparência, equidade e centralidade humana no processo de ensino e aprendizagem, temas recorrentes em orientações internacionais e em estudos recentes sobre ética educacional (Adams *et al.*, 2023; Fu; Weng, 2024; Wiese *et al.*, 2025).

No Brasil, esse debate articula-se a um arcabouço normativo que envolve o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados e, mais recentemente, a Política Nacional de Educação Digital. Esses instrumentos estabelecem princípios para o uso responsável das tecnologias, ao mesmo tempo em que reconhecem a educação digital como dimensão estruturante das políticas educacionais (Brasil, 2014; Brasil, 2018; Brasil, 2023). Documentos orientadores do Ministério da Educação reforçam essa diretriz ao tratar da educação digital e midiática como componente formativo essencial (Brasil, 2025).

Além do plano normativo, pesquisas empíricas e revisões sistemáticas têm examinado como diretrizes éticas e políticas são traduzidas em práticas educacionais. Estudos internacionais analisam percepções de usuários, princípios orientadores e modelos de governança para o uso da inteligência artificial no ensino, destacando a necessidade de alinhamento entre inovação tecnológica e valores educacionais (An *et al.*, 2024; Funa; Gabay, 2025; Su; Ng; Chu, 2023).

No contexto brasileiro, investigações sobre o uso de tecnologias digitais nas escolas indicam avanços desiguais em infraestrutura, acesso e apropriação pedagógica, o que reforça a importância de políticas públicas que considerem as condições reais dos sistemas de ensino. Dados nacionais evidenciam a centralidade da ação estatal na promoção do uso responsável das tecnologias e na redução de assimetrias educacionais (CGI.br; CETIC.br; NIC.br, 2024; Santos; Silva; Lima, 2025).

Apesar da consolidação de marcos normativos e orientações internacionais, persiste a necessidade de compreender como as políticas públicas articulam educação digital e ética da inteligência artificial de forma integrada. Observa-se espaço analítico para examinar a convergência entre princípios éticos, regulação estatal e usos educacionais da tecnologia, especialmente no contexto brasileiro, à luz de referências internacionais amplamente reconhecidas (UNESCO, 2021).

Diante desse cenário, o objetivo deste estudo é analisar como as políticas públicas para a educação digital incorporam o uso ético da inteligência artificial, considerando documentos normativos, orientações institucionais e achados da produção científica nacional e internacional. Busca-se compreender os fundamentos que orientam essas políticas e os sentidos atribuídos à ética no uso educacional da inteligência artificial.

A pergunta de pesquisa que orienta o estudo é: de que modo as políticas públicas de educação digital, especialmente no contexto brasileiro, abordam o uso ético da inteligência artificial à luz de marcos legais, orientações internacionais e evidências científicas disponíveis?

Educação digital e políticas públicas

A educação digital tem sido incorporada às políticas públicas como eixo estruturante para o desenvolvimento de competências, organização curricular e gestão dos sistemas de ensino. No Brasil, esse movimento se expressa na consolidação de marcos legais que definem direitos, deveres e princípios para o uso das tecnologias digitais em contextos educacionais, articulando acesso, inclusão e responsabilidade institucional (Brasil, 2014; Brasil, 2023).

A Política Nacional de Educação Digital estabelece diretrizes para a formação de estudantes e professores, reconhecendo a centralidade das tecnologias digitais no processo educativo. Essa orientação é reforçada por documentos do Ministério da Educação, que tratam a educação digital e midiática como dimensão formativa necessária para a participação social e educacional em ambientes mediados por tecnologias (Brasil, 2025).

Inteligência artificial na educação

A inteligência artificial, no campo educacional, refere-se a sistemas computacionais capazes de apoiar processos de ensino, aprendizagem e gestão por meio da análise de dados e do reconhecimento de padrões. Estudos internacionais indicam que seu uso educacional tem sido associado a apoio ao planejamento pedagógico, personalização de atividades e suporte à tomada de decisão, desde que integrado a objetivos educacionais claramente definidos (Su; Ng; Chu, 2023; Wiese *et al.*, 2025).

Revisões sistemáticas apontam que a incorporação da inteligência artificial na educação não se restringe a aspectos técnicos, mas envolve decisões pedagógicas, institucionais e normativas. A definição de finalidades educacionais claras e a preservação do papel do

professor aparecem como elementos recorrentes nos estudos analisados (Fu; Weng, 2024; Funa; Gabay, 2025).

Ética, direitos e proteção de dados no uso educacional da IA

O uso educacional da inteligência artificial tem sido acompanhado por debates sobre ética, privacidade e proteção de dados. No contexto brasileiro, a Lei Geral de Proteção de Dados estabelece princípios para o tratamento de informações pessoais, incluindo aquelas coletadas em ambientes educacionais mediados por tecnologias digitais (Brasil, 2018).

No plano internacional, orientações da UNESCO destacam valores como centralidade humana, transparência, responsabilidade e equidade como fundamentos para o uso ético da inteligência artificial na educação. Esses princípios buscam assegurar que a tecnologia atue em benefício dos sujeitos educacionais e respeite direitos fundamentais (UNESCO, 2019; UNESCO, 2021; Miao; Holmes, 2023).

Princípios éticos e percepções dos usuários

Pesquisas recentes analisam princípios éticos aplicáveis à inteligência artificial em contextos educacionais, enfatizando aspectos como explicabilidade, justiça e responsabilização institucional. Esses estudos indicam que a clareza sobre o funcionamento dos sistemas e seus impactos educacionais é condição para o uso responsável da tecnologia (Adams *et al.*, 2023).

Além disso, análises baseadas na percepção de usuários mostram preocupações recorrentes relacionadas à confiança, ao uso de dados e à influência da inteligência artificial nas práticas pedagógicas. Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas que considerem não apenas diretrizes normativas, mas também as experiências dos sujeitos envolvidos no processo educacional (An *et al.*, 2024).

Evidências empíricas e desafios no contexto brasileiro

No Brasil, levantamentos nacionais sobre o uso de tecnologias digitais nas escolas evidenciam desigualdades de acesso, infraestrutura e apropriação pedagógica. Esses dados indicam que a implementação de políticas de educação digital e de uso ético da inteligência artificial depende de condições institucionais e formativas específicas (CGI.br; CETIC.br; NIC.br, 2024).

Estudos sobre a gestão das redes públicas de ensino apontam que plataformas digitais e sistemas baseados em inteligência artificial têm sido utilizados de forma desigual, revelando desafios relacionados à governança, à formação de profissionais e à definição de critérios éticos para seu uso. Esses achados reforçam a centralidade das políticas públicas na mediação entre inovação tecnológica e objetivos educacionais (Santos; Silva; Lima, 2025).

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem de revisão de literatura, de natureza integrativa e descritiva, adequada ao objetivo de analisar como as políticas públicas para a educação digital têm incorporado o uso ético da inteligência artificial. Essa opção metodológica permite reunir, organizar e interpretar produções normativas e científicas reconhecidas, sem produção de dados empíricos primários.

A coleta do material foi realizada em bases científicas amplamente consolidadas, incluindo ScienceDirect, SciELO, Scopus e Web of Science, além de documentos institucionais da UNESCO e marcos legais e orientadores do governo federal brasileiro. Essas fontes foram selecionadas por sua relevância acadêmica, alcance internacional e pertinência ao campo da educação digital e da ética da inteligência artificial.

Os termos de busca foram definidos de modo a contemplar diferentes abordagens do tema, utilizando descritores como educação digital, inteligência artificial na educação, ética da inteligência artificial, políticas públicas educacionais e proteção de dados, combinados por operadores booleanos. As buscas foram realizadas em português e inglês, considerando a produção nacional e internacional.

Foram incluídos estudos publicados em periódicos científicos, relatórios institucionais e documentos normativos que abordassem diretamente a relação entre educação digital, políticas públicas e uso ético da inteligência artificial. Foram excluídos textos sem acesso ao conteúdo integral, produções de caráter opinativo ou materiais que não apresentassem relação direta com o problema investigado.

O processo de seleção seguiu etapas de identificação, triagem, leitura integral e inclusão final, inspiradas no fluxo metodológico do protocolo PRISMA, assegurando transparência e reproduzibilidade. A análise consistiu na leitura interpretativa e comparativa dos textos selecionados, com ênfase na identificação de princípios, diretrizes e convergências teóricas que

subsidiaram a compreensão do uso ético da inteligência artificial nas políticas públicas de educação digital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da produção científica e dos documentos normativos evidencia que as políticas públicas para a educação digital têm incorporado a inteligência artificial de forma progressiva, associando inovação educacional à necessidade de regulação ética. Os estudos convergem ao apontar que o uso educacional da inteligência artificial depende de diretrizes claras que articulem finalidades pedagógicas, proteção de dados e responsabilidade institucional (UNESCO, 2019; UNESCO, 2021; Miao; Holmes, 2023).

No contexto brasileiro, os resultados indicam alinhamento entre os marcos legais e as orientações internacionais, especialmente no que se refere à garantia de direitos digitais e à centralidade do Estado na regulação do uso de tecnologias educacionais. O Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados e a Política Nacional de Educação Digital constituem um conjunto normativo que estabelece limites e possibilidades para a adoção da inteligência artificial na educação (Brasil, 2014; Brasil, 2018; Brasil, 2023).

A Tabela 1 sintetiza os principais eixos analíticos identificados na literatura, relacionando políticas públicas, educação digital e uso ético da inteligência artificial. Esses eixos foram recorrentes tanto em estudos empíricos quanto em revisões sistemáticas e documentos institucionais, evidenciando padrões interpretativos consistentes.

Tabela 1 - Síntese dos principais achados da literatura sobre políticas públicas, educação digital e ética da inteligência artificial

| Dimensão analisada | Síntese dos achados | Referências |
|---------------------------------|--|--|
| Políticas públicas educacionais | Ênfase na regulação estatal para orientar o uso educacional das tecnologias digitais | Brasil, 2014; Brasil, 2023 |
| Proteção de dados e direitos | Centralidade da privacidade e do uso | Brasil, 2018; Adams <i>et al.</i> , 2023 |

| | | |
|-------------------------|--|--|
| | responsável de dados educacionais | |
| Princípios éticos da IA | Valorização da transparência, equidade e centralidade humana | UNESCO, 2021; Fu; Weng, 2024 |
| Uso educacional da IA | Aplicações associadas ao apoio pedagógico e à gestão educacional | Su; Ng; Chu, 2023; Wiese <i>et al.</i> , 2025 |
| Desafios institucionais | Desigualdades de acesso, formação e governança tecnológica | CGI.br; CETIC.br; NIC.br, 2024; Santos; Silva; Lima, 2025 |

Fonte: elaboração própria, com base na literatura revisada.

A interpretação dos resultados indica que a ética no uso da inteligência artificial não aparece como dimensão isolada, mas integrada às políticas de educação digital. Estudos internacionais destacam que princípios éticos ganham efetividade quando incorporados a políticas públicas e traduzidos em orientações institucionais aplicáveis aos contextos educacionais (Adams *et al.*, 2023; An *et al.*, 2024; Funa; Gabay, 2025).

No Brasil, os achados revelam que a efetividade dessas políticas está condicionada às condições concretas de implementação, como infraestrutura, formação de profissionais e governança das tecnologias. Pesquisas nacionais apontam que a presença de diretrizes normativas não garante, por si só, a adoção ética da inteligência artificial, reforçando a necessidade de articulação entre regulação, práticas pedagógicas e gestão educacional (CGI.br; CETIC.br; NIC.br, 2024).

De forma integrada, os resultados sustentam a compreensão de que políticas públicas para a educação digital e o uso ético da inteligência artificial devem ser concebidas como processos contínuos, orientados por princípios normativos, evidências científicas e contextos educacionais específicos. Essa articulação fornece base conceitual e institucional para as conclusões apresentadas no estudo, sem recorrer a generalizações ou extrapolações não fundamentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar como as políticas públicas para a educação digital incorporam o uso ético da inteligência artificial, à luz de marcos legais, orientações internacionais e achados da produção científica. A síntese dos resultados indica convergência entre regulação estatal, princípios éticos e finalidades pedagógicas, com ênfase na centralidade humana, na proteção de dados e na responsabilidade institucional.

Os achados evidenciam que a efetividade das políticas depende da articulação entre normas, orientações operacionais e práticas educacionais. No contexto brasileiro, o alinhamento entre a PNED, a LGPD e diretrizes internacionais aponta para um quadro normativo consistente, no qual a inteligência artificial é concebida como recurso de apoio ao ensino e à gestão, condicionado a critérios éticos e educacionais claros.

As implicações teóricas situam-se no fortalecimento de uma abordagem integrada entre educação digital e ética da inteligência artificial, superando leituras fragmentadas. No plano prático, os resultados sugerem a necessidade de formação docente orientada por princípios éticos, de governança de dados educacionais e de clareza institucional sobre o uso de sistemas baseados em inteligência artificial.

Quanto à viabilidade de implementação, destacam-se como recursos fundamentais a formação continuada de professores, diretrizes institucionais explícitas, infraestrutura tecnológica adequada e mecanismos de transparência no uso de dados educacionais. Tais elementos são apontados na literatura como condições que favorecem a adoção responsável da inteligência artificial nos sistemas de ensino.

Por fim, os achados indicam agendas de aprofundamento investigativo voltadas à análise de práticas institucionais, modelos de governança educacional e impactos formativos da inteligência artificial. Essas frentes podem ampliar a compreensão sobre como políticas públicas podem sustentar, de modo consistente, a educação digital orientada por princípios éticos.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Catherine; PENTE, Patti; LEMERMEYER, Gillian; ROCKWELL, Geoffrey. **Ethical principles for artificial intelligence in K-12 education.** *Computers and Education: Artificial Intelligence*, [s. l.], 2023, art. 100131. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.caai.2023.100131>.
- AN, Qin; YANG, Jingmei; XU, Xiaoshu; ZHANG, Yunfeng; ZHANG, Huanhuan. **Decoding AI ethics from users' lens in education: a systematic review.** *Helijon*, [s. l.], 2024, e39357. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.helijon.2024.e39357>.
- BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.** Marco Civil da Internet. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023.** Institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Guia Educação Digital e Midiática.** Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/documentos/guia_eddigital_versofinaloficial.pdf. Acesso em: 15 jan. 2026.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br); CETIC.br; NIC.br. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2023.** São Paulo: CGI.br/CETIC.br, 2024. Disponível em: <https://www.cgi.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nas-escolas-brasileiras-tic-educacao-2023/>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- FU, Yao; WENG, Zhenjie. **Navigating the ethical terrain of AI in education: a systematic review on framing responsible human-centered AI practices.** *Computers and Education: Artificial Intelligence*, v. 7, 2024, art. 100306. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.caai.2024.100306>.
- FUNA, Aaron A.; GABAY, Renz Alvin E. **Policy guidelines and recommendations on AI use in teaching and learning: a meta-synthesis study.** *Social Sciences & Humanities Open*, v. 11, 2025, art. 101221. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ssaho.2024.101221>.
- MIAO, Fengchun; HOLMES, Wayne (org.). **Guidance for generative AI in education and research.** Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386693>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- SANTOS, Genessí Borba Gomes Alves; SILVA, Luís Gustavo Alexandre da; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. **Plataformas digitais e inteligência artificial na gestão das redes públicas de ensino e das escolas: conquistas e desafios.** *Jornal de Políticas Educacionais*, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/download/98302/75789>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- SU, Jiahong; NG, Davy Tsz Kit; CHU, Samuel Kai Wah. **Artificial intelligence (AI) literacy in early childhood education: the challenges and opportunities.** *Computers and Education: Artificial Intelligence*, [s. l.], 2023, art. 100124. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.caai.2023.100124>.
- UNESCO. **Beijing Consensus on Artificial Intelligence and Education.** Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368303>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- UNESCO. **Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence.** Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380455>. Acesso em: 15 jan. 2026.

WIESE, Lucas J.; PATIL, Indira; SCHIFF, Daniel S.; MAGANA, Alejandra J. **AI ethics education: a systematic literature review.** *Computers and Education: Artificial Intelligence*, v. 8, 2025, art. 100405. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.caeari.2025.100405>.

POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E GOVERNANÇA DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS

PUBLIC POLICIES, MANAGEMENT, AND GOVERNANCE OF EDUCATIONAL SYSTEMS

JACKELINE MAGNO DA COSTA

Doutoranda em Administração (em andamento). Mestre.
Programa de Pós-Graduação em Administração – Facultad de Postgrado.
Universidad Internacional Tres Fronteras (UNINTER).
Assunción, Paraguai.

EUGENIO FIALHO FILHO

Doutorando em Administração de Empresas.
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS).
Assunción, Paraguai.
Mestre em Ciências em Gestão de Saúde – MUST University.

ABEL ELIAS GLEYTHON INOCENCIO

Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Gestão Escolar.
FUCAPE Business School.
Doutorando em Educação – Universidad Leonardo da Vinci.
Assunción, Paraguai.

ROBERTO CARLOS CIPRIANI

Doutorando em Ciências da Educação.
Universidad Leonardo da Vinci (ULDV).
Assunción, Paraguai.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6491-0473>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4856449275271491>

CRISTIANE NEVES PALMIERI

Mestre em Educação.
Universidad Europea del Atlántico.
Espanha.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7393-8920>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3647513718292699>

RESUMO

O artigo tem como objeto as políticas públicas educacionais e sua relação com a gestão e a governança dos sistemas de ensino, considerando os desafios de coordenação institucional presentes em contextos federativos. O problema de pesquisa centra-se em compreender de que modo esses três eixos são abordados na produção acadêmica e nos marcos institucionais, bem como como se articulam na organização dos sistemas educacionais. O objetivo consiste em analisar essas abordagens, identificando fundamentos teóricos, categorias analíticas recorrentes e implicações para a condução das políticas educacionais. O referencial teórico apoia-se em estudos sobre federalismo educacional, coordenação intergovernamental, governança pública e gestão educacional, além de documentos normativos e relatórios internacionais amplamente reconhecidos. Metodologicamente, o estudo adota uma revisão de literatura de natureza integrativa e descriptiva, com análise de produções nacionais e internacionais selecionadas em bases científicas relevantes. Os principais achados indicam que a efetividade das políticas educacionais está associada à articulação entre marcos normativos, arranjos institucionais e práticas de gestão, evidenciando o papel da governança como elemento mediador entre diretrizes legais e sua implementação nos sistemas de ensino. Conclui-se que a compreensão integrada desses elementos contribui para o aprofundamento do debate acadêmico e oferece subsídios analíticos para a formulação, gestão e avaliação das políticas educacionais, com implicações relevantes para o campo científico e para a reflexão sobre a organização dos sistemas educacionais.

Palavras-chave: políticas públicas educacionais; gestão educacional; governança educacional; sistemas educacionais.

ABSTRACT

The article examines educational public policies and their relationship with the management and governance of education systems, considering the challenges of institutional coordination in federal contexts. The research problem focuses on understanding how these three dimensions are addressed in academic production and institutional frameworks, as well as how they are articulated in the organization of education systems. The objective is to analyze these approaches by identifying theoretical foundations, recurring analytical categories, and implications for the implementation of educational policies. The theoretical framework is grounded in studies on educational federalism, intergovernmental coordination, public governance, and educational management, in addition to widely recognized normative documents and international reports. Methodologically, the study adopts an integrative and descriptive literature review, analyzing national and international publications selected from relevant scientific databases. The main findings indicate that the effectiveness of educational policies is associated with the articulation between normative frameworks, institutional arrangements, and management practices, highlighting the role of governance as a mediating element between legal guidelines and their implementation within education systems. It is concluded that an integrated understanding of these elements contributes to deepening the academic debate and provides analytical support for the formulation, management, and evaluation of educational policies, with relevant implications for the scientific field and for reflections on the organization of education systems.

Keywords: educational public policies; educational management; educational governance; education systems.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais estruturam os sistemas de ensino ao orientar decisões relacionadas à organização, ao financiamento e à oferta da educação. No contexto brasileiro, essas políticas se desenvolvem em um arranjo federativo que envolve União, estados e municípios, o que torna necessária a articulação entre diferentes níveis de governo para assegurar coerência e continuidade das ações educacionais (Cury, 2020).

A gestão educacional refere-se aos processos de planejamento, implementação e acompanhamento das políticas públicas, enquanto a governança diz respeito aos mecanismos que organizam a coordenação entre instituições, normas e atores envolvidos. Esses elementos operam de forma integrada, pois a capacidade de alinhar decisões administrativas e normativas influencia diretamente o funcionamento dos sistemas educacionais (Oliveira; Nunes, 2021).

Em contextos federativos, a fragilidade dos arranjos de coordenação pode resultar em fragmentação das ações públicas e em dificuldades para a consolidação de políticas de médio e longo prazo. Esse cenário evidencia a importância de estruturas institucionais que favoreçam a cooperação e a definição compartilhada de responsabilidades entre os entes governamentais (Abrucio; Segatto, 2021).

No Brasil, o regime de colaboração constitui um princípio formal do ordenamento educacional, presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação. Esses instrumentos estabelecem bases para a atuação conjunta dos entes federados, ainda que sua materialização dependa de mecanismos de gestão e governança capazes de articular planejamento e execução das políticas educacionais (Brasil, 1996; Brasil, 2014).

A organização da gestão em nível local também influencia a implementação das políticas públicas. Arranjos institucionais que integram informações, decisões e fluxos administrativos tendem a favorecer maior coerência das ações educacionais, enquanto processos fragmentados podem comprometer a efetividade das políticas no cotidiano dos sistemas de ensino (Costa, 2026; Hoyler *et al.*, 2014).

Mecanismos de acompanhamento e avaliação constituem outro componente relevante da governança educacional. Estudos indicam que a divulgação de informações sobre desempenho e a adoção de instrumentos de accountability podem influenciar práticas de gestão, desde que inseridos em contextos institucionais capazes de mediar esses processos de forma equilibrada (Firpo; Pieri; Souza, 2017; Terra; Mattos, 2017).

No plano internacional, organismos multilaterais têm destacado a governança como elemento central para o fortalecimento dos sistemas educacionais, enfatizando a articulação entre níveis de governo, o desenvolvimento de capacidades institucionais e o uso responsável de informações e tecnologias (Unesco, 2023; OECD, 2025).

Apesar da relevância desses debates, permanecem desafios na compreensão integrada das relações entre políticas públicas, gestão e governança no contexto educacional brasileiro. Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar como esses três eixos são abordados na produção acadêmica e nos marcos institucionais nacionais. A pergunta que orienta a pesquisa consiste em compreender de que modo políticas públicas educacionais, gestão e governança se articulam na organização dos sistemas de ensino no Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Políticas públicas educacionais e coordenação federativa

As políticas públicas educacionais são processos institucionais que envolvem múltiplos níveis de governo e diferentes atores, exigindo mecanismos de gestão e governança capazes de assegurar coordenação e continuidade das ações nos sistemas de ensino. Em contextos federativos, a efetividade dessas políticas depende de arranjos institucionais que integrem planejamento, implementação e avaliação, pois a fragilidade desses mecanismos tende a gerar fragmentação das ações públicas e comprometer o funcionamento sistêmico da educação (Abrucio; Segatto, 2021; Cury, 2020; Oliveira; Santana, 2010).

No Brasil, a estrutura federativa atribui responsabilidades educacionais compartilhadas à União, aos estados e aos municípios, tornando a coordenação intergovernamental um elemento central para a organização dos sistemas de ensino. Dificuldades nessa articulação são apontadas como fatores que afetam a coerência e a continuidade das políticas educacionais (Abrucio; Segatto, 2021).

Marcos institucionais e regime de colaboração

O regime de colaboração constitui princípio formal das políticas educacionais brasileiras, estabelecendo bases para a atuação conjunta entre os entes federados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação definem competências, metas e responsabilidades que pressupõem cooperação e articulação institucional (Brasil, 1996; Brasil, 2014).

O Decreto nº 6.094/2007 reforça essa lógica ao instituir instrumentos voltados ao planejamento e à gestão compartilhada das políticas educacionais. Esses marcos normativos

evidenciam que a coordenação institucional é condição estruturante para o funcionamento dos sistemas de ensino, ainda que sua concretização dependa de capacidades de gestão nos territórios (Brasil, 2007).

Gestão educacional, governança e escala local

A gestão educacional envolve processos de organização administrativa e acompanhamento das políticas públicas, enquanto a governança diz respeito à forma como decisões, informações e responsabilidades são articuladas entre os atores institucionais. Esses elementos assumem relevância particular no âmbito local, onde as políticas educacionais são efetivamente implementadas (Oliveira; Nunes, 2021).

Estudos indicam que a fragmentação informacional e decisória dificulta a integração entre planejamento e execução das políticas educacionais. Em contrapartida, arranjos institucionais mais integrados tendem a favorecer maior coerência das ações e melhor capacidade de coordenação no nível municipal (Costa, 2026; Hoyler *et al.*, 2014; Educa, 2012).

Avaliação, accountability e governança dos sistemas

Os mecanismos de avaliação e accountability constituem componentes relevantes da governança educacional ao fornecer informações que subsidiem decisões de gestão. Pesquisas apontam que a divulgação de dados sobre desempenho escolar pode influenciar práticas institucionais e escolhas governamentais, desde que inserida em contextos de governança capazes de mediar esses processos (Firpo; Pieri; Souza, 2017; Terra; Mattos, 2017).

Relatórios internacionais destacam que sistemas educacionais mais consistentes tendem a articular políticas, gestão e avaliação de forma integrada, reforçando a importância da governança para o fortalecimento dos sistemas de ensino. Essas análises oferecem parâmetros comparativos úteis para a compreensão dos desafios enfrentados pelo contexto brasileiro (Unesco, 2023; OECD, 2025).

METODOLOGIA

Este estudo adotou a abordagem de revisão de literatura, de natureza integrativa e descriptiva, com o objetivo de analisar como as políticas públicas, a gestão e a governança dos sistemas educacionais têm sido abordadas na produção acadêmica e em documentos institucionais. Essa opção metodológica mostrou-se adequada ao propósito do trabalho, pois

permite reunir, organizar e interpretar diferentes contribuições teóricas já consolidadas sobre o tema, sem a produção de dados empíricos primários.

A busca pelos estudos foi realizada em bases de dados reconhecidas pela relevância e abrangência na área educacional, incluindo Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar. Essas fontes foram selecionadas por reunirem periódicos nacionais e internacionais de reconhecida qualidade, possibilitando o acesso a estudos que discutem políticas educacionais, gestão pública e governança em diferentes contextos.

Os termos de busca foram definidos a partir do escopo do estudo e combinaram descritores relacionados a políticas públicas educacionais, gestão educacional e governança, utilizando operadores booleanos para ampliar e refinar os resultados. As estratégias de busca articularam esses descritores de modo a contemplar diferentes abordagens teóricas e analíticas presentes na literatura especializada.

Os critérios de inclusão consideraram estudos publicados em periódicos científicos, livros e relatórios institucionais que abordassem diretamente a temática da pesquisa, com ênfase no contexto brasileiro e em análises comparadas. Foram excluídos trabalhos que não apresentavam relação direta com o objeto do estudo ou que não estavam disponíveis na íntegra, garantindo maior consistência ao corpus analisado.

O processo de seleção dos estudos seguiu etapas sucessivas de identificação, triagem, leitura integral e inclusão final, inspiradas nas diretrizes do fluxo PRISMA, assegurando transparência e possibilidade de reprodução do procedimento. Após a seleção, os estudos foram organizados e analisados de forma interpretativa, priorizando autores clássicos e contribuições recentes que dialogassem com os objetivos da pesquisa.

A análise dos materiais selecionados buscou identificar convergências, recorrências temáticas e diferentes formas de compreensão das relações entre políticas públicas, gestão e governança educacional. Essa estratégia metodológica permitiu fundamentar a discussão teórica do artigo e oferecer subsídios para compreender os desafios institucionais que atravessam a organização dos sistemas educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da revisão evidenciam que as políticas públicas educacionais são analisadas, nos estudos selecionados, a partir da relação entre desenho institucional, gestão e governança dos sistemas de ensino. As análises indicam que a ausência de articulação entre planejamento, implementação e avaliação tende a comprometer a continuidade das ações educacionais, sobretudo em contextos federativos com competências compartilhadas (Abrucio; Segatto, 2021; Cury, 2020).

No caso brasileiro, os marcos normativos são apresentados como referências estruturantes da organização dos sistemas educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação definem princípios, competências e metas que orientam a atuação dos entes federados, ainda que os estudos apontem desafios relacionados à tradução dessas diretrizes em práticas de gestão articuladas nos territórios (Brasil, 1996; Brasil, 2014).

As análises voltadas à escala local indicam que a forma como informações, decisões e responsabilidades são organizadas influencia diretamente a implementação das políticas educacionais. Trabalhos que abordam a governança municipal destacam que processos fragmentados de gestão dificultam a integração das ações, enquanto arranjos institucionais mais estruturados favorecem maior coerência administrativa (Costa, 2026; Hoyler *et al.*, 2014).

Os mecanismos de avaliação e accountability aparecem associados à produção e ao uso de informações sobre desempenho educacional. Os estudos analisados indicam que esses instrumentos podem influenciar práticas de gestão e decisões políticas, desde que inseridos em contextos institucionais capazes de mediar seu uso de forma alinhada aos objetivos educacionais (Firpo; Pieri; Souza, 2017; Terra; Mattos, 2017; Mentini, 2023).

No plano internacional, relatórios de organismos multilaterais apresentam a governança como elemento central para o fortalecimento dos sistemas educacionais. As análises ressaltam a importância da articulação entre níveis de governo, do desenvolvimento de capacidades institucionais e do uso responsável de dados e tecnologias na condução das políticas educacionais, oferecendo parâmetros analíticos para a reflexão sobre o contexto brasileiro (Unesco, 2023; OECD, 2025).

Tabela 1 – Principais achados da literatura sobre políticas públicas, gestão e governança educacional

| Dimensão analisada | Síntese dos achados | Referências |
|----------------------------|--|--|
| Coordenação federativa | Dificuldades na articulação entre entes federados afetam a continuidade das políticas educacionais | Abrucio; Segatto (2021); Cury (2020) |
| Marcos normativos | Leis e planos definem diretrizes e metas, mas dependem de capacidades institucionais para efetivação | Brasil (1996); Brasil (2014); Brasil (2007) |
| Governança local | Organização administrativa e informacional influencia a implementação das políticas | Costa (2026); Hoyler <i>et al.</i> (2014) |
| Avaliação e accountability | Uso de informações pode influenciar gestão e decisões políticas | Firpo; Pieri; Souza (2017); Terra; Mattos (2017); Mentini (2023) |
| Perspectiva internacional | Governança é associada à articulação institucional e uso de dados nos sistemas educacionais | Unesco (2023); OECD (2025) |

Fonte: elaboração própria, com base na literatura revisada.

Os elementos sistematizados na Tabela 1 permitem visualizar como a produção acadêmica tem abordado, sob diferentes dimensões, as relações entre políticas públicas, gestão e governança dos sistemas educacionais. A síntese apresentada evidencia que os estudos analisados enfatizam aspectos institucionais, normativos e organizacionais como fatores que influenciam a implementação das políticas educacionais, reforçando a importância de análises que considerem a articulação entre esses componentes no contexto dos sistemas de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar como as políticas públicas, a gestão e a governança dos sistemas educacionais são abordadas na produção acadêmica e nos marcos institucionais, considerando o contexto federativo brasileiro. A análise realizada evidencia que a organização dos sistemas de ensino depende da articulação entre arranjos institucionais, marcos normativos e práticas de gestão capazes de integrar planejamento, implementação e acompanhamento das políticas educacionais.

Os achados indicam que a governança educacional ocupa papel central na mediação entre diretrizes legais e sua materialização nos territórios. A literatura analisada aponta que mecanismos de coordenação intergovernamental, organização administrativa em nível local e uso institucional de informações são elementos associados ao funcionamento dos sistemas educacionais, influenciando a condução das políticas públicas e as formas de gestão adotadas.

Do ponto de vista prático, os estudos revisados sinalizam que a implementação de políticas educacionais requer investimentos em capacidades institucionais, sistemas de informação, processos de acompanhamento e espaços de cooperação entre os entes federados. No campo da formação docente e da política educacional, essas evidências reforçam a necessidade de compreender a gestão e a governança como dimensões estruturantes da ação educativa, oferecendo subsídios teóricos para o aprimoramento das análises e para o desenvolvimento de pesquisas futuras sobre a organização e o funcionamento dos sistemas de ensino.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz; SEGATTO, Catarina. **Coordenação federativa e políticas educacionais no Brasil recente**. Revista Brasileira de Educação, v. 26, 2021.
- BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, em regime de colaboração**. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.

COSTA, Jackeline Magno da. **Fragmentação informacional e governança municipal: quando a fragmentação produz soluções**. Revista Educação & Inovação, v. 2, n. 1, 2026.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Federalismo educacional e coordenação das políticas públicas no Brasil**. Educação & Sociedade, v. 41, 2020.

EDUCA, III Semana. **Políticas públicas e gestão educacional**. Anais da Semana Educa, v. 1, n. 1, p. 1–17, 2012.

FIRPO, Sergio; PIERI, Renan; SOUZA, André Portela. **Electoral impacts of uncovering public school quality: evidence from Brazilian municipalities**. *EconomiA*, v. 18, p. 11–17, 2017. DOI: 10.1016/j.econ.2016.07.003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1517758016300686>. Acesso em: 15 jan. 2026.

HOYLER, Telma et al. **Governança ajuda ou atrapalha? Reflexões sobre a gestão educacional local**. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 3, n. 2, p. 81–102, 2014.

MENTINI, L. **Enacting accountability reforms in Brazil: the mediating role of school leadership**. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 18, p. 1–21, 2023. DOI: 10.5212/PraxEduc.v18.20774.006. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/20774>. Acesso em: 15 jan. 2026.

OECD. **Education at a Glance 2025: OECD Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2025. DOI: 10.1787/1c0d9c79-en. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2025_1c0d9c79-en.html. Acesso em: 15 jan. 2026.

OLIVEIRA, A. S. F.; NUNES, A. **Política educacional: uma análise do processo de governança educacional no Brasil**. *Revista Educativa – Revista de Educação*, Goiânia, v. 23, n. 1, p. e7992, 2021. DOI: 10.18224/educ.v23i1.7992. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/7992>. Acesso em: 15 jan. 2026.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (org.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília, DF: UNESCO, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187336>. Acesso em: 15 jan. 2026.

TERRA, Rafael; MATTOS, Enlinson. **Accountability and yardstick competition in the public provision of education**. *Journal of Urban Economics*, v. 99, p. 15–30, 2017. DOI: 10.1016/j.jue.2016.12.001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0094119016300705>. Acesso em: 15 jan. 2026.

UNESCO. **Global education monitoring report 2023: technology in education – a tool on whose terms?** Paris: UNESCO, 2023. DOI: 10.54676/UZQV8501. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385723>. Acesso em: 15 jan. 2026.